

RUI FALCÃO
FALA DA
CAMPANHA LULA

ENCARTE SINDICAL
SOLIDARIEDADE

E MAIS:

MICHAEL LOWY
ANTÔNIO MARTINS
SERGIO RODRIGUES
VALTER POMAR
PIERRE ROUSSET
JUAREZ GUIMARÃES...

A CARTADA DAS ELITES

COM O PLANO FHC E A REVISÃO, A
BURGUESIA TENTA REVERTER O QUADRO DE
CRISE POLÍTICA, REALIZAR O "AJUSTE"
ECONÔMICO E CONSTRUIR UMA
ALTERNATIVA A LULA.

PÁGINAS 2 E 3

ESPECIAL
COBERTURA
COMPLETA DA
ELABORAÇÃO
DO PROGRAMA
DE GOVERNO
PÁGINAS 9 A 12

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS



LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT Nº 273 MARÇO/94 CR\$ 700,00

O jogo sujo dos conservadores

ANTONIO MARTINS

As forças conservadoras procuram fazer a revisão contra um futuro governo Lula, mas tem se perdido em em disputas menores.

No dia 23 de fevereiro, quando as forças do governo e da direita comemoravam com alarde os acordos que haviam tornado possível aprovar o Fundo Social de Emergência (FSE) e viabilizar o "Plano FHC", o chefe da sucursal de *O Estado de São Paulo* em Brasília, Paulo Rabello de Castro, arriscou-se a desafinar o coro dos contentes. Ainda na véspera, o ministro Fernando Henrique Cardoso, transformado numa espécie de cônsul do governo Itamar Franco, firmara com a cúpula do PFL compromissos que pretendiam transformar a aprovação do Fundo numa espécie de estopim da revisão constitucional. Sucessivamente adiada, mas vista pelos conservadores como essencial para limitar por antecipação os poderes de um possível governo de esquerda, ela poderia, acreditavam, finalmente deslançar.

Rabello de Castro, porém, preferiu optar pelo ceticismo. Lembrou que a falta de coesão dos conservadores tornava cada vez mais difícil tocar "nos temas de fundo da revisão, como os monopólios estatais". Acrescentou que a agenda dos trabalhos de reforma da Carta estava se direcionando melancolicamente para "os temas que mexem com a sobrevivência dos políticos" - como a mudança nos prazos de desincompatibilização dos governadores. E advertiu que seria muito "arriscado" fazer "qualquer previsão otimista sobre a revisão".

Três dias antes, o jornalista Luís Nassif ocupara sua coluna diária na *Folha de São Paulo* com objetivo oposto ao de seu colega. Pretendia tranquilizar as forças antiesquerdistas. Mesmo a eventual vitória de Lula, previu ele, não representaria ameaça aos interesses dos poderosos. O PT havia, é verdade, desperdiçado a chance de se transformar "num partido moderno". Mas não era preciso temer nem Lula - "um comandante de nada" - nem os "radicais" que haviam se apoderado da "máquina partidária", depois de "dominarem" uma "militância dotada de fervor evangélico". Tais setores seriam "devidamente amestrados pelos cargos públicos disputados com afinco". Ao chegar finalmente ao governo o PT se revelaria "um partido morto".

Vistos em conjunto, os dois artigos são uma espécie de emblema dos temores e das esperanças das elites em relação à disputa política decisiva que o país viverá nos próximos meses. Ainda que as manchetes dos jornais digam quase diariamente a seus leitores que a revisão finalmente decolou, e que setores da esquerda levem a sério tal discurso, os próprios revisionistas são extremamente cautelosos. Eles têm noção das tremendas dificuldades que ainda encontram para atingir a unidade. Parecem, no entanto, muito confiantes nas debilidades das forças que se opõem a seu poder. Lançam "advertências", promovem intrigas, exigem "garantias". Duvidam que a esquerda brasileira seja capaz de superar, ao mesmo tempo, sua própria inexperiência e a crise internacional do socialismo. Apostam que não saberá explorar a crise das elites e que, ao contrário, deixará escorrer por entre

os dedos a chance histórica que tem diante de si. Ou vencerá a eleição e fracassará em seguida, ao fazer um governo dividido, desnordeado, tendente à desmoralização.

Revisão: barrar Lula

Os esforços do conjunto das forças conservadoras para reescrever a Constituição de 1988 são, desde outubro, o fenômeno mais destacado da cena política. Os objetivos casuísticos desse movimento, apontados com frequência por inúmeros líderes da esquerda, foram admitidos abertamente no início de fevereiro pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Ao conceder entrevista ao *Estado de São Paulo* num instante em que novos contratemplos se colocavam diante da revisão, ele alertou: as chances de vitória de Lula nas eleições presidenciais eram muito destacadas. Os partidos de centro e de direita tinha por isso, acreditava ACM, a responsabilidade de limitar antecipadamente os poderes do presidente da República, para que ele não pudesse, ao chegar ao Palácio do Planalto, executar o programa com o qual se comprometera junto aos eleitores.

Truculentas e antidemocráticas em si mesmas, as declarações do governador não expressavam, no entanto, novidade. Desde o final de 1993 as forças conservadoras já haviam desfechado duas iniciativas distintas para salvar a revisão a qualquer custo, e para assegurar que resultasse em limitação preventiva dos poderes de um eventual governo de esquerda.

A primeira foi o abafamento da CPI do Orçamento. No final de dezembro, a CPI passou a recolher indícios cada vez mais abundantes de que o atual Congresso, amplamente controlado pelos conservadores, havia se transformado em certa medida num balcão de negócios a que os grandes grupos econômicos recorriam para obter vantagens junto à máquina do Estado. Dezenas de parlamentares, indicaram por exemplo os documentos apreendidos pela Polícia Federal na mansão de um dos executivos da Odebrecht, haviam recebido propinas desta empreiteira para incluir no Orçamento verbas para execução das obras que executaria.

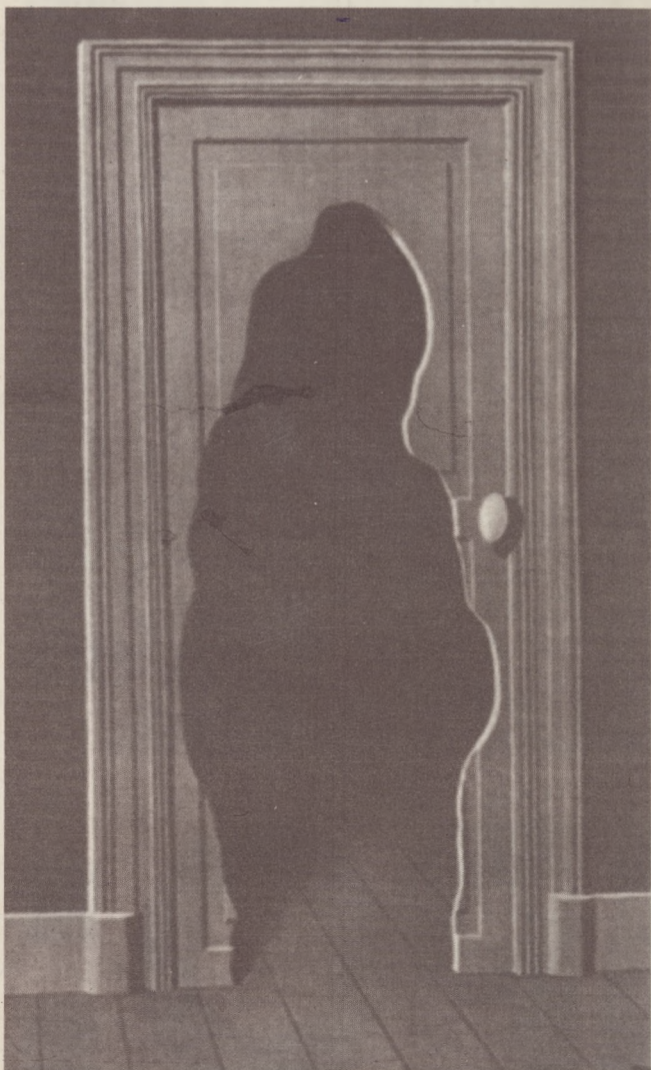
O problema é que os fatos reforçavam a tese essencial em torno da qual haviam se batido os anti-revisionistas. Marcado pela suspeita, o atual Congresso era ainda mais ilegítimo para reescrever a Constituição. Teve início, para contornar o obstáculo, uma manobra política impressionante, em torno da qual se uniram os quatro maiores partidos do Legislativo: PMDB, PFL, PPR e PSDB.

Os trabalhos da CPI foram encerrados precipitadamente, em meados de janeiro. Os corruptores, em particular as grandes empreiteiras cujos atos ilícitos tornaram-se evidentes, foram outra vez esquecidos. Preservou-se, num gesto de notável hipocrisia, a lei eleitoral aprovada alguns meses antes, que legaliza "caixinhas" eleitorais como as de PC Farias. Reduziu-se o número de parlamentares indiciados a dezessete, entre os quais apenas dois ou três não se enquadram na categoria de "bagrinhos". E foram convenientemente poupadas lideranças do Congresso cujo papel na revisão era decisivo - em particular o presidente do Senado, Humberto Lucena.

Acordo centro-direita

O segundo grande movimento em favor da revisão foi o acordo entre o centro e a direita no final de janeiro. Embora o esvaziamento da CPI tivesse permitido a retomada dos trabalhos de reforma da Carta, não haviam sido superadas as divergências que dividiam as bancadas conservadoras em dois grandes blocos. O primeiro, mais ligado ao governo e composto pelo PSDB e PMDB, era muito sensível às pressões populares que questionam itens como a tentativa de quebrar os monopólios estatais de petróleo e telecomunicações. Queria a revisão essencialmente para viabilizar o plano de "combate à inflação" que o ministro Fernando Henrique Cardoso preparava. O segundo, integrado por partidos de direita como PPR e PFL, sustentava a necessidade de fazer, nos capítulos constitucionais da Ordem Política e Ordem Econômica, as mudanças "exigidas" pelo grande capital.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), pas-



saram a trabalhar em sintonia fina para por fim às divergências. Encontraram uma fórmula que denunciava o caráter casuístico da revisão, mas parecia engenhosa para unir as bancadas conservadoras. Jobim apressou a redação de um parecer que aprovava a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) e permitia adotar com rapidez o "Plano FHC-2". Propôs, além disso, uma inversão estonteante. O tema, claramente relacionado com as disposições transitórias da Carta, deveria votado imediatamente - antes, portanto, de se definir as questões substantivas da Constituição.

Os objetivos eram evidentes. Invertendo a pauta, pensavam o ministro e o relator, seria possível atrair para a votação do FSE o conjunto das bancadas governistas. Em contrapartida, o grande número de parlamentares presentes em plenário e as repercussões do resultado na imprensa fariam finalmente deslanchar a revisão, que até aquele momento se arrastava em adiamentos, sessões sem quorum ou decisões inexpressivas.

Embora a aprovação do FSE tenha se concretizado em 23 de fevereiro, nenhuma das dúvidas sobre a possibilidade de manter unidas as forças do governo e da direita se dissipou. Dois dias depois, quando começaram a vir a público trechos da Medida Provisória que estabeleceria as bases legais do "Plano FHC-2", ficou claro que em torno dele mesmo poderia surgir uma nova crise.

A disputa para ser o anti-Lula

Por trás da incapacidade de unir as bancadas conservadoras estavam a disputa pelo governo e a dianteira firme que a esquerda mantinha entre a população. A não ser que houvesse uma reviravolta surpreendente, era óbvio que a sucessão presidencial seria uma batalha bipolarizada. De um lado estaria Lula. De outro, um único candidato das forças antiesquerdistas com chances de vitória.

Para definirem a quem caberia encabeçar uma chapa anti-Lula, os conservadores necessitavam no entanto realizar entre si mesmos uma disputa interna, uma espécie de *turno preliminar* das eleições. Entre eles havia um conjunto de contradições.

A primeira era, evidentemente, a que opunha o bloco formado pelo PSDB e do PMDB à direita mais tradicional, polarizada por PFL e PPR. A disputa entre os dois conjuntos de forças tornava-se mais grave devido ao fato de não estarem representados de igual modo no governo Itamar Franco.

Solidamente instalados nos postos mais importantes do ministério, o PMDB e em especial o PSDB dependiam, para preservar suas chances eleitorais, do eventual sucesso do "Plano FHC-2". Amparados na experiência de uma equipe de assessores que desfrutava de ampla confiança entre os grandes grupos econômicos, costuraram um elenco de medidas que era a expressão acabada das receitas do "capitalismo moderno" para estabilizar a economia: arrocho de salários, ausência de qualquer controle de preços, novos cortes de investimentos públicos, elevação das taxas de juros já estratosféricas, manutenção de todos os compromissos com os credores externos e internos e da carta de intenções com o FMI.

Muito embora estivessem de acordo com todos os postulados básicos de tal programa, o PFL e o PPR precisavam de seu fracasso: aí residiam as chances desses dois partidos suplantarem o bloco adversário, e surgirem como os líderes de uma chapa anti-Lula à Presidência. Os primeiros sinais de desentendimento em relação ao plano surgiram na votação de alíquotas maiores para o Imposto de Renda das empresas, derrubada quando PFL e PPR retiraram suas bancadas do plenário do Congresso.

As tensões no interior das bancadas conservadoras não se limitavam, no entanto, à disputa entre os partidos governistas e a direita. O retorno barulhento do ex-governador Orestes Quércia à cena política tendia a afastar progressivamente o PMDB do PSDB, onde gente como o governador Ciro Gomes, também procurava mandar para os ares a aliança.

Enfraquecer a esquerda

Na véspera da decretação do plano surgiram, por fim, sinais de que ele poderia provocar um estrago de grandes proporções e de conseqüências imprevisíveis. Diante dos novos ataques aos salários, o movimento sindical ameaçava lançar-se numa mobilização de envergadura. Vicentinho ameaçava responder ao Plano com a convocação, pela CUT, de uma greve geral. Além disso, os sinais de insatisfação popular levavam políticos governistas como Mário Covas e José Serra a não fazer segredo de seus temores. Inconformado com o arrocho salarial evidente em que o "FHC-2" implicava, o ministro tucano

Walter Barelli, do Trabalho, insurgiu-se contra Fernando Henrique Cardoso, seu colega de ministério e de partido. No dia 26 o mal-estar tornou-se tão profundo que o presidente Itamar Franco encerrou antecipadamente uma viagem ao sul para regressar a Brasília e tentar por fim ao incêndio.

Várias semanas antes já havia ficado claro que, largamente majoritário mas dividido por um cipoal de interesses particulares, o conjunto das forças conservadoras enfrentaria obstáculos seguidos para alcançar os objetivos que julgava indispensáveis na revisão. Foi então, por volta do final de janeiro, que líderes antiesquerdistas destacados passaram a trabalhar, amplamente respaldados pela grande imprensa, com uma estratégia alternativa. Se as chances de uma vitória de Lula mantinham-se elevadas, e se a possibilidade de reduzir por antecipação seu poder parecia duvidosa, então era preciso agir desde muito cedo para desgastar o eventual governo de esquerda, fazê-lo recuar diante de suas responsabilidades, levá-lo ao fracasso.

Os problemas internos do PT e da esquerda passaram a receber dos jornais e das revistas um destaque semelhante ao concedido aos grandes temas nacionais. E a tática empregada pelos conservadores para tanto ajuda a revelar a que ponto são retrógradas as concepções políticas de uma elite que se apresenta como portadora ilustrada da "modernidade".

Nas incontáveis matérias e comentários que a imprensa publica diariamente sobre o tema transparece de forma clara o desejo de obrigar Lula a trair o programa de reformas antielitistas que fez dele uma esperança dos "de baixo"; de voltá-lo contra o partido com que se confunde sua vida política; de transformá-lo num *caudilho* que abandona seus vínculos políticos por julgar-se superior a todos eles.

Lula, insinuam os jornais e os intelectuais conservadores, é bom porém ingênuo. Seu partido está dominado por políticos rancorosos e prepotentes, que não enxergam a vitória histórica do mercado e desejam lançar a si mesmos e ao país em aventuras desastrosas. A saída é romper com o PT e a esquerda e tornar-se um novo Menem, que subjugou o peronismo e tornou-se um herói do neoliberalismo.

A campanha dos antiesquerdistas apóia-se, é sempre bom reconhecer, em problemas reais. Entre a esquerda, as chances de ocupar o espaço aberto pela crise das forças conservadoras através de uma ofensiva de mobilizações que pusesse em xeque o poder conservador parecem reduzidas por antigos problemas, como a longa letargia do movimento dos trabalhadores organizados. Além disso, as indefinições em que se debatem as forças progressistas resultam da falência da "primeira onda" de revoluções socialistas: um fenômeno de relevância internacional, que só será superado às custas de esforços extraordinários.

Otimismo

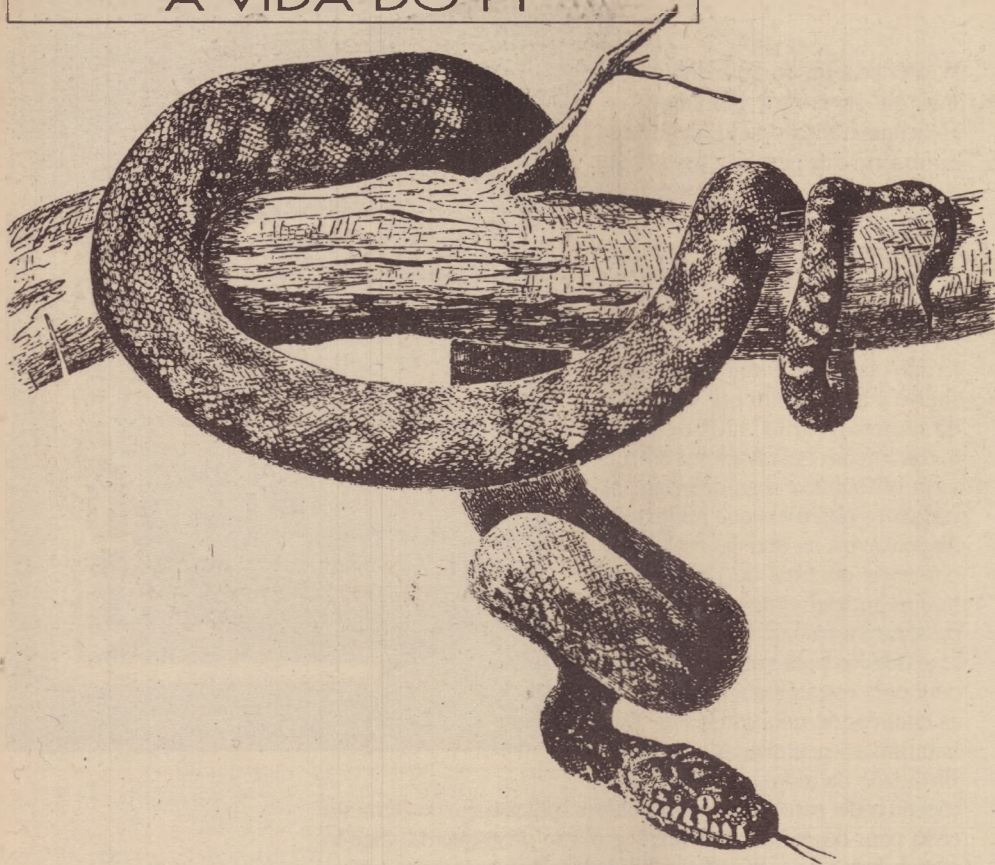
Só pode haver soluções, lembra um dito da sabedoria popular, onde há problemas. Vista a cena política em sua totalidade, havia no início de março motivos para justificar aquela dose de otimismo sem a qual nenhuma mobilização pessoal toma-se possível. O fato dos conservadores terem sido forçados a lançar um esforço de descaracterização da esquerda era um sintoma nítido de que corria sério risco de fracasso a estratégia que haviam concebido anteriormente: a revisão constitucional não era um fato consumado, e as elites arriscavam-se a mais uma derrota desastrosa. Para agravar o drama das elites, o próprio plano de estabilização com o qual o governo procurava intervir na sucessão ameaçava converter-se em um fiasco, ampliar o desgaste do Palácio do Planalto e tornar mais profundo o sentimento de revolta da população. Quanto ao debate interno que as forças populares estavam obrigadas a travar, só restava saudá-lo com entusiasmo. Falidos os "modelos" do stalinismo e da social-democracia, abria-se a possibilidade de inventar, em meio à tempestade política a que parecia rumar o Brasil, um novo socialismo. □

Antonio Martins é jornalista do Brasil Agora e da CUT nacional



Os revisores mais conscientes não trabalham com a idéia de que a revisão é um fato consumado.

A imprensa publica diariamente matérias conclamando Lula a abandonar o programa de reformas ou a "livrar-se" do partido.



Revisão e crise da bancada

JOAQUIM SORIANO

A atual "revisão" interessa ao FMI, aos banqueiros, aos muito ricos do Brasil e do mundo. Não interessa a mais ninguém. Vivemos um período de disputa de projetos nacionais. Não vai ser neste momento de crise de hegemonia, às vésperas de eleições quase gerais no país, que um punhado de deputados e um regimento ditatorial vão definir os marcos institucionais de enquadramento do futuro governo.

A cronologia das decisões

Na reunião de 21, 22 e 23 de janeiro deste ano o Diretório Nacional do PT reafirmou sua posição contrária à revisão constitucional e deliberou uma campanha pública pelo voto aberto no momento de cassar os envolvidos na máfia do orçamento; apoiar as iniciativas conjuntas com outros partidos e entidades na luta contra a revisão; indicar aos diretórios regionais que realizem mobilizações nos estados e lançar um manifesto intitulado, "Com ladrão, não", de ampla circulação. Este manifesto foi publicado como matéria paga no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 28 de janeiro. E coerente com os objetivos de adiar e inviabilizar a revisão, o DN orientou a bancada a não participar das votações de mérito na revisão.

O DN autorizou à Comissão Executiva, tendo em vista a evolução da conjuntura, a alterar a tática do partido com relação à revisão.

Em 07 de fevereiro a Comissão Executiva em reunião conjunta com a Coordenação da Bancada Federal decidiu manter a obstrução à revisão. Orientou a bancada a iniciar contatos para a definição de uma "agenda máxima", para que o processo não ultrapasse o 15 de março, para preservar os direitos fundamentais, os monopólios estatais e as conquistas dos trabalhadores já inscritos na Constituição.

Reprova o Plano FHC2 de conjunto. Se aprovado autoriza a bancada a empenhar-se na taxação do lucro dos bancos e na rejeição das medidas que suprimem a vinculação dos recursos à saúde, educação, habitação e seguro-desemprego.

Em 17 de janeiro a Comissão Executiva em reunião com a bancada, em votação empatada, manteve a posição anterior.

Em reunião de 22 de fevereiro a bancada federal deliberou por criticar a Executiva e encaminhar recurso ao Diretório Nacional de 5 e 6 de março.

O campo caráter democrático e popular, que poderá avançar qualitativamente na construção de sua hegemonia nestas próximas eleições, terá que encaminhar reformas profundas na Constituição. Mas fará isso da forma mais democrática, calçado, de um lado, na legitimidade que obtivermos com o processo eleitoral e, de outro, organizando um processo que permita a mais ampla participação popular, através de consultas, referendos e plebiscitos.

O Congresso Nacional, combatido com a CPI da corrupção, muito desacreditado pelo povo, com ampla maioria conservadora e subserviente aos interesses dos milionários não consegue fazer a "revisão" deslanchar. A maioria dos congressistas, que se move em torno de interesses muito particulares, votam em geral acompanhando as suas lideranças. Sem a formação de um campo hegemônico burguês sobra para este congresso revisor apenas o regimento autoritário (obra de Ibsen Pinheiro, acusado pela CPI do Orçamento) e a prática do "é dando que se recebe", célebre e triste anedota, que tão bem caracteriza a prática dessa maioria parlamentar -- diga-se de passagem fartamente desenvolvida para a aprovação do Plano FHC2. Negociam-se Ministérios, cancelam-se dívidas de latifundiários, distribuem-se concessões de rádio, TV e agora de TV a cabo. Tudo isso com a presença dos parlamentares acusados pela CPI da corrupção, tendo direito de voto.

Apesar deste quadro, nos meses de janeiro e fevereiro muitas foram as ameaças de rebelião de parlamentares do PT contra as decisões do partido de barrar a revisão. As declarações neste sentido foram repercutidas pela grande imprensa de forma tão ampliada quanto reduzida foi a atenção dada ao Manifesto da Executiva Nacional, intitulado "Com Ladrão, Não".

Se inicialmente alguns na bancada diziam que tinham que participar da revisão, agora, aparentemente, a polêmica é se a obstrução se faz por fora (como quer o DN) ou por dentro (como quer a bancada). Negociando emendas, votando no mérito das questões em pauta.

O argumento não pode ser que a presença dos parlamentares do PT represente alguma coisa em termos de quorum. O regimento de Ibsen e Jobim exige que os que querem mudar a Constituição coloquem 293 deputados a favor das emendas no plenário. A direita só entra em plenário com tudo "acertado", como fizeram para aprovar o FSE.

O "processo revisional" tinha data marcada para acabar em 15 de março. No dia 23 de fevereiro foi votado, ferindo gravemente o regimento do Congresso, um novo prazo: 31 de maio. É o vale-tudo. Que como sabemos, é o não à democracia.

Porque tanta gritaria?

Vários são os motivos que levam parte da bancada a polemizar com a Executiva. Alguns defendiam que o PT deveria participar com tudo da revisão. Um partido de interlocução deveria reconhecer nas instituições vigentes, especialmente no parlamento, o local privilegiado para a disputa de projetos. Como se a correlação de forças na sociedade fosse "congelada" por estas instituições. Como se esse Congresso que aí está tivesse uma legitimidade "inerente" para realizar alterações profundas na constituição. Emendas constitucionais necessitam de prazo para debate e maioria qualificada de 3/5 dos votos. Na revisão do FMI só 293 "acertados" resolvem tudo. Esta posição é minoritária na bancada.

Outro motivo que ao que parece conseguir agregar grande número de parlamentares é a "autonomia" da bancada. Nesta discussão não faltam aqueles que advogam a "amplitude" do mandato, para além do partido. Sobre a relação entre o partido e a bancada vamos lembrar o que resolveu o 1º Congresso do PT, dezembro de 1991: "É preciso que os dirigentes partidários, as nossas personalidades públicas e os detentores de mandatos eletivos tenham consciência de que são filiados com deveres superiores aos demais. O crescimento dos meios de expressão, dos recursos e da audiência pública devem ser acompanhados de um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina e de maior controle partidários."

Outros parlamentares parecem mais interessados em utilizar o tema da revisão constitucional para fazer luta interna. Não satisfeitos com os resultados do 8º Encontro, criam crise e a ampliam pela imprensa para tentar desgastar a direção do partido.

Outros ainda tão esmerados na prática parlamentar acreditam que só com esperteza e capacidade de negociação podem exercer plenamente a sua função. A decisão do PT de impedir, bloquear ou limitar a revisão pretendida, rigorosamente, não "engessa" a bancada. Todos os talentos serão necessários, todas as energias mobilizadas para barrar a intenção das elites de em

1994 criar impecilhos constitucionais para o governo democrático e popular, de Lula, em 1995.

A legitimidade que só o PT pode dar

Não existem, no Brasil, candidaturas avulsas ao parlamento. Todas são expressões de partidos. No caso do PT, em geral, a votação na legenda, ou seja, no partido, é muito maior do que a votação da soma dos votos de todos os que foram eleitos. São raros os casos de parlamentares eleitos que atingiram o quociente eleitoral. A eleição depende do partido e o mandato também.

Todas as discussões acumuladas pelo PT sobre a legislação eleitoral e partidária aponta a necessidade de aprofundarmos estas características. É um atributo democrático que as pessoas se organizem em torno de princípios, objetivos e projetos políticos e que acordem as regras de funcionamento destas organizações.

A participação dos parlamentares na revisão não é, portanto, apenas uma participação da bancada, tanto por nossa concepção de partido como pela forma como seria vista na sociedade, mas uma participação do partido como um todo num processo fraudulento. Ora, toda a enorme pressão da imprensa contra a posição do partido de não participar na votação das questões de mérito visa justamente envolver o PT no processo, comprometê-lo perante a sociedade com seu resultado.

Estamos enfrentando uma situação de isolamento relativo nos marcos de uma instituição profundamente desmoralizada perante a sociedade. A orientação do PT deve ser, na impossibilidade de barrar a revisão, a de aprofundar o desgaste que o processo revisor implica para as elites, com a reforma da Constituição pelos ladrões da CPI do Orçamento. Acumularemos, desta forma, através de uma intervenção coerente do partido recusando a participar do imenso balcão de negócios em que a revisão, para as disputas que na hipótese de conquistar o governo teremos que travar.



Negociar "o mal menor" neste espaço não é a melhor forma de "obstruir ou limitar" o tremendo golpe contra a democracia que a revisão representa. Para Jobim, FHC e o FMI, a participação do PT só dará a este processo o que ele não tem: legitimidade. □

Joaquim Soriano é membro do DN no PT.

Defender o Partido

LUIS MARQUES

Há quem diga que o individualismo é a ideologia da Idade Moderna e há quem vá mais longe, emendando que a essa altura do campeonato o individualismo já deixou de ser uma ideologia para ser um modo de vida compartilhado por todos, sem distinção de raça, credo etc. Não é tão horrível como a igreja tenta fazer crer. O egoísmo, o utilitarismo e o hedonismo não são as únicas possibilidades contidas na visão de mundo do individualismo. Prova esta que o personalismo, não no sentido vulgar de culto à personalidade mas no sentido filosófico da expressão, concebe a pessoa humana enquanto uma síntese da interação entre o "eu" e o "tu". Com o que, apesar da filiação à matriz individualista, enaltece valores de socialidade identificados com um "nós". Aliás, mesmo a encantadora idéia de "indivíduo crítico" que remota o período iluminista, é uma criação da cosmovisão construída pelo individualismo. Este não é necessariamente encarnação do demônio.

A visão de mundo rival do individualismo é o holismo (do grego "holos", um todo). Cabe de novo relativizar. Não é tão terrível como alguns deputados federais do PT pintam, ao mostrar a centralização holista como ante-sala de regimes totalitários e burocráticos. Se o individualismo esta na origem crítica à massificação dos indivíduos, é o holismo que permite organizar o inconformismo individual através de associações, seja profissionais, comunitárias ou partidárias. Seria impossível canalizar democraticamente a solidariedade de numerosos ativistas sem que o coletivo tivesse primazia sobre cada um dos indivíduos. O holismo também não é "a priori" encarnação do demônio.

De fato, na ótica de um Benjamin Constant ou de um John Stuart Mill, dois veteranos do liberalismo de ontem, o holismo é por definição um crime contra a "liberdade individual". Para aqueles, o princípio da "submissão da minoria à maioria" não prenuncia a democracia senão a "tirania da maioria" e o "despotismo político" (hoje se fala em "ditadura burocrática"). Qualquer associação, no entanto, que aceite esse argumento ultra-individualista perde o motivo de existir e a capacidade de intervir no contexto social. É difícil imaginar um fórum que reúna e funcione com indivíduos que, em algum

nível, não se sujeitem à vontade majoritária do coletivo. Vira uma inoperante babel de narcisos. Aí, sim, um inferno.

Certos parlamentares petistas andam atualizando tais clássicos, com certeza. O problema é que, ao exacerbar pela mídia o seu individualismo, desacreditam a função político-organizativa de nossas instâncias partidária tanto interna quanto externamente. Em nome do justo diálogo com a opinião pública negam a autonomia relativa do partido em face da sociedade civil para encaminhar posições. Preferem aparentemente a mítica autonomia absoluta da liberdade individual, de forma quase messiânica e com ares de vítima. Entre o holismo "soft" do PT e um individualismo "hard", assim, não vacilam na imprensa.

Isso não transforma ninguém em "traidor", rebeldes são sempre necessários para a história. Mas cria dificuldades para a afirmação do PT como partido-mesmo no imaginário popular. Coisa de que precisa a luta pelo socialismo em nosso país. Defendermos pois o partido de se tornar um "bordel" em que companheiros se sintam justificadamente no papel de "prostitutas", para lembrar o lapso do deputado Paulo Delgado (PT/MG). Nem todo personalismo afinal é filosófico e ético.

Alguns são melancólicos. □

Luis Marques é sociólogo e professor da UFRS



Ao exacerbarem pela mídia seu individualismo, certos parlamentares petistas desacreditam as instâncias partidárias tanto interna como externamente.

Articular a militância

RUI FALCÃO

O esgotamento do modelo implantado pela ditadura militar; a incapacidade dos últimos governos de viabilizarem no país o projeto neoliberal; o agravamento da crise econômico-social; a desmoralização das elites em dois episódios sucessivos - o impeachment de Collor e a CPI do Orçamento - tudo isso tem precipitado uma ofensiva brutal das classes dominantes contra a candidatura Lula, que lidera as pesquisas de opinião no último ano e meio.

Sem força suficiente - dada a resistência que enfrentam no campo popular - para a livre execução de seus planos de ajuste, as elites são obrigadas a submeter-se ao jogo eleitoral, em busca de uma vitória que abra campo à constituição de um novo bloco do poder, capaz de impor sua receita de superação da crise.

Entretanto, desunidos na definição de candidatos, os partidos do centro e da direita lançam mão de duas táticas para tentar deter a onda favorável ao PT e a Lula. De um lado,

empenham-se na revisão constitucional, buscando tecer uma camisa de força institucional para o futuro presidente, de tal forma que uma vitória de Lula se converta numa "vitória de Pirro". De outro, atiram-se na definição de um pacto anti-Lula, que chega a seduzir, em certos momentos, setores do PMDB e do PSDB.

Mas o fato é que vem se cristalizando na população, sobretudo através das Caravanas da Cidadania, a idéia de chegou a hora do PT, de que ninguém segura a ida do Lula para o segundo turno. Embora esta seja uma vantagem efetiva na disputa, diferentemente de 1989 quando nossa candidatura só disparou na reta final, o clima do "já ganhou", paradoxalmente, conspira contra o PT e seus aliados, Primeiro, porque subestima a capa-

cidade de manobra das classes dominantes, Segundo, porque gera paralisia política, travando a ação da militância, que se reserva para a chegada do segundo turno.

Compromissos

Depois, porque não estimula o PT e seus aliados a transformarem a vontade ainda difusa de mudanças, a promessa de voto em Lula, num compromisso efetivo em torno das reformas estruturais que o futuro governo democrático-popular pretende empreender. Por último, porque as pesquisas indicam a existência de espaços para uma candidatura que rompa a polarização normal da campanha.

Longe de nos entregarmos à inércia, a que o favoritismo induz, trata-se de encarar o desafio posto por estas eleições gerais em que se joga o futuro país: a esquerda, os socialistas, os partidos do campo popular estão convocados a encerrar mais de um século do controle das elites sobre a Presidência

da República e governos de Estado, com suas respectivas maiorias parlamentares, inaugurando um período de profundas transformações no país.

Vencer este desafio exige do PT, ao mesmo tempo, formular um programa democrático-popular e hegemonizar a sociedade em torno desse projeto, transformando o futuro governo num instrumento de acúmulo de forças, que estabeleça um vínculo concreto entre o programa e nosso projeto estratégico de construir uma sociedade socialista e democrática.

Nessa linha, vemos o programa de governo - cuja primeira versão começa a ser divulgada para o debate público na sociedade - como peça eminentemente política e não técnica. Política, porque sua elaboração deve envolver a base social do partido e de seus aliados; porque sua difusão preparará a sociedade para entendê-lo e, daí, posicionar-se organizadamente nos eventuais conflitos que ocorrerem em nosso governo; porque identifica, com clareza, beneficiários e setores prejudicados em cada fase do governo.

Definido o programa, seus pontos fundamentais, construiremos o arco de aliados para as eleições. Vincular a política de alianças ao programa implica não submetê-la a meros acordos partidários-eleitorais. Significa, isto sim, construir uma relação orgânica entre a candidatura Lula (e, no caso paulista, nosso governador Zé Dirceu) e os movimentos sociais, as organizações populares e da sociedade civil. Deste modo, transparecerá a todos que nos recusamos a rebaixar o programa de reformas.

Ofensiva das elites

Às vésperas do lançamento oficial da candidatura presidencial e no momento que se organizam os primeiros comitês Lula país a fora, multiplicam-se as manipulações voltadas para enfraquecer e tornar vulnerável nossos candidatos.

Após anos de frustradas tentativas de desqualificar o Lula pela via do preconceito (trabalhador despreparado, falta de experiência administrativa, o "caso Miriam"), as elites dizem aceitá-lo como presidente mas... não o PT. Diariamente, reprisam nos meios de comunicação a idéia de que, se eleito, o Lula não vai governar, porque estará controlado pelos "radicais" e/ou paralisado pela luta interna das tendências políticas no governo.

Por conseqüência, para receber o apoio dos eleitores "de bem", caberia ao Lula moderar seu discurso, enquadrar os "radicais" e amoldar o Programa de Governo ao figurino traçado pela mídia conservadora e pelo grande capital.

A disputa, porém, não se restringirá a pauta atual. O objetivo central de barrar a vitória do Lula supõe variáveis, como quebrar o PT, rebaixar o programa, promover o cerco ao futuro governo, anulando as possibilidades de realizar reformas estruturais - o que desmoralizaria o PT e o Lula perante a população.

Por isso tudo, em vez de vacilar ou envolver o PT numa disputa interna sem vencedores, julgamos importante articular a unidade da militância em torno de três idéias fundamentais:

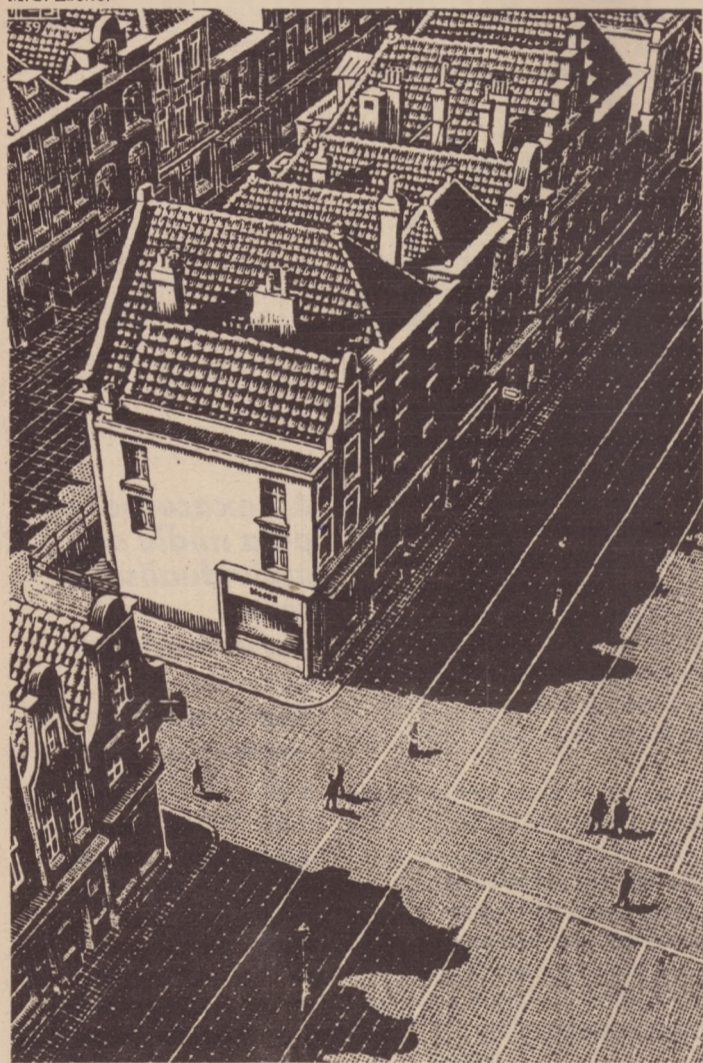
1. Nenhum governo será capaz de promover transformações estruturais sem choques de interesse, sem rupturas, sem que haja mobilização popular, sem organização partidária, sem que se constituam blocos de classes e políticas de alianças;
2. Não haverá reformas profundas sem custos sociais. Ou seja, o que demarca as diferenças entre projetos de desenvolvimento é saber "quem vai pagar a conta", que setores sociais serão penalizados e quem será beneficiado.

3. No atual estágio de desenvolvimento capitalista, não há espaços para alianças em torno de um projeto nacional-democrático-popular que não estejam vinculadas a uma alternativa socialista futura.

Lula e o PT tem tudo para vencer o grande desafio. Basta não ceder às tentações do caminho mais fácil, que normalmente é a via da derrota. □

Rui Falcão é o primeiro vice-presidente nacional do PT e deputado estadual por São Paulo.

M.C. Escher



O diário íntimo da burguesia

ISAAC AKCELROD

A CPI do Orçamento indicou, sem dó nem piedade, em que direção é arrastado pela "cultura do lucro" um país, como o nosso, que chegou atrasado ao festim capitalista. É o diário íntimo das classes dominantes acovardadas diante do credor estrangeiro e implacáveis diante de seus indefesos e desavisados súditos. Daí sua dupla personalidade - rastejante humildade diante dos banqueiros internacionais, autoritária arrogância contra as populações sob seu domínio.

Capital nos trópicos

Nestas condições, a associação da "arte de furtar" acoplada ao monopólio político criou uma nova e refinada variante de poder estatal. Chegamos a altos níveis de desenvolvimento do roubo por atacado, do assalto coletivo das "comissões" e "subtrações" integradas na rotina administrativa. Um processo de privatização dos dinheiros e recursos públicos. A tônica do Estado não é a administração, mas a repressão.

Ficou para trás, superado e obsoleto, o primarismo da extorsão individual. Um inquérito parlamentar está mostrando a ação simultânea sobre todos os pagantes de impostos, contra todos os que trabalham, produzem e constroem. Toda a população ativa é lesada ao mesmo tempo. Isto é feito regularmente através de dois esquemas paralelos - o lobby das empreiteiras e as subvenções. É uma rica experiência do capital nos trópicos.

Salário da corrupção

As empreiteiras formaram um governo clandestino que era quem mandava de fato. Diz o relatório que "grandes empreiteiras definiam e loteavam as obras de interesse de cada uma". Conclusão: "não havia real concorrência entre as empresas que atribuíam às licitações os valores que bem entendiam, quase sempre provocando superfaturamento".

Mais ainda: eram as empreiteiras que entregavam a prefeitos e governadores os estudos técnicos em que propunham, avaliavam a capacidade de endividamento e ajudavam nos entendimentos com os bancos. As empreiteiras controlavam tudo, desde os estudos iniciais até a execução dos projetos, distribuindo "participações" - um delicado apelido de gorjeta, propina, salário da corrupção.

Muito diplomaticamente, o relatório usa os verbos no tempo passado. Mas não contém nenhuma indicação de que tudo isso tenha acabado.

Orçamento caixa preta

Orçamento discutido e votado às carreiras, no fimzinho do prazo disponível, torna-se um privilégio para uns poucos iniciados que já sabiam de tudo de antemão. Nada ocasional, tudo intencional.

Ao verificar que as subvenções sociais são uma porta falsa, o relator da CPI do Orçamento repete o personagem da anedota que mandou vender o divã, para impedir novas traições conjugais. Recomendou o fim das subvenções sociais. O esquema usual já é conhecido e cumpre o seguinte trajeto:

Criação e inscrição no Conselho Nacional de Serviço Social de entidades sob controle dos parlamentares interessados. Formação da rede de organizações receptoras de subvenções e seu credenciamento. Não raro, os parlamentares envolvidos formalmente se desfaziam de todo seu patrimônio para poderem alegar não possuir fortuna pessoal, se necessário. Valiam-se de notas fiscais falsas e usavam fantasmas. Mesmo assim, se fazia necessário o crime de alterar o orçamento depois de aprovado, como fez Ricardo Fiúza em 1992.

O relatório da CPI informa que o esquema de corrupção do orçamento é anterior à Constituição de 1988. É uma prática que vem de mais longe. Não se trata, portanto, de algo circunstancial e episódico, mas da própria estrutura e caráter da instituição.

Processos cruzados

Nem sonhar com apenas 18 processos, um isolado no Senado que procura despachá-lo rapidamente, acrescido dos minguidos 17 na Câmara dos Deputados. A atoarda em torno

da CPI causa a ilusória impressão de que está tudo apurado e denunciado e os culpados já estão praticamente julgados e condenados. Longe disso. Agora começam os panos quentes, as manobras jurídicas, as papeladas com falta de papeis e todos os truques para uma gigantesca operação-abafa que deve preservar as instituições, lideranças e representantes credenciados das classes dominantes.

O estouro do escândalo já expos excessivamente os desencontros e debilidades ocultas das classes possuidoras e governantes. É hora de uma freada que, por sua vez, revela novas contradições e dificuldades. Nesta altura do drama já é o Congresso que retarda o quanto pode o envio dos relatórios das subcomissões da CPI ao Ministério Público. De-

corrida mais da metade de fevereiro, a Procuradoria Geral da República só tinha recebido os processos referentes a nove parlamentares. Estavam faltando processos importantes, como os de Ibsen Pinheiro e Carlos Benevides. Tais atrasos podem ajudar a esfriar o ambiente, mas já não podem mais impedir a remessa de todo o material colhido para a devida ação criminal fora do Congresso: ações contra enriquecimento ilícito, seqüestro de bens mal havidos, tanto dos citados na lista da CPI como dos que ficaram de fora. O próprio relator Roberto Magalhães pode ter que explicar porque foi considerado "deputado amigo" nos papéis da Odebrecht.

Já o novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado José Thomaz Nono, decidiu esfriar esses prazos e reduzir substancialmente os ritmos. "Não tenho a fobia do prazo". Vai nomear um relator para cada caso. São 17 relatores, 17 processos. O problema tem que ser resolvido no varejo, devagar, sem pressões de relógio ou de calendário. Já que não é possível virar a página e dar o assunto como encerrado, um dos caminhos viáveis para amortecer o choque é o de transformar o processo em um dos elementos da rotina parlamentar, repetindo-se na mesmice que deve transformar o protesto de hoje no bocejo de amanhã.

Em busca da conclusão

São fatos como a enxurrada de informações oferecida pela CPI do Orçamento que apressam a politização das pessoas. Começamos a ver quem move as figuras desse jogo de xadrez, quem dá as cartas, o que pretendem as diferentes manobras. Para que serve e a quem serve a máquina de Estado.

Envolvendo o dinheiro dos impostos, o chamado dinheiro público, entra em cena o poder político que oprime e esmaga o povo. Todos nós sabemos que só os pobres não sonham impostos, só os trabalhadores pagam tudo o que deles é exigido. As gigantescas falcatruas da sonegação ocorrem nas ditas altas camadas, são um privilégio de classe, uma forma de isenção fiscal para os ricos. E os roubos, desfalques e subtrações diversas são um sinal de tributos em favor dos muito ricos.

Vale a pena conhecer e discutir as façanhas da máfia do orçamento. Para identificar uma das brechas na armadura do poder das classes dominantes. □



A CPI do Orçamento é o melhor retrato de uma burguesia rastejante perante os banqueiros e arrogante frente à população.

Isaac Akcelrud é jornalista.



M. C. Escher

A nação oculta

EDUARDO LUCITA

A revolta de Santiago del Estero expressa a crise das economias regionais e o distanciamento da população do governo Menem.

A insurreição deixa a descoberto o enorme vazio de direção que sofre a sociedade argentina.

Santiago del Estero, província mais pobre da Argentina, é muito parecida com o nordeste do Brasil. A pobreza e falta de recursos são uma constante, apesar da região já ter sido a província mais rica nos tempos da colônia. Uma região super-habitada, onde o único recurso é o Estado: a grande maioria da população é funcionária pública.

O plano de estabilização econômica do governo argentino conseguiu brevar a inflação, mas ao mesmo tempo, introduziu as demissões em massa e reduções de salários, a começar pelo setor estatal. Mas enquanto Menem comemorava os resultados eleitorais de outubro, fortemente influenciados pela estabilidade econômica, e o acordo interpartidário que garante a reeleição do presidente, a explosão social de Santiago mostrava o que o governo tentava esconder há décadas: a extrema pobreza do noroeste argentino e a crise estrutural das economias regionais.

O impacto que a transferência do ajuste estrutural do governo central para as províncias produz sobre as economias regionais e o pacto entre os partidos majoritários, puseram a descoberto o país subterrâneo, uma realidade social que com distinta intensidade geográfica abarca todo o país e que o fetichismo do consumismo crescente e a estabilidade de preços não consegue ocultar.

A estabilidade do governo entrou em crise diante do levante de Santiago. Menem era condecorado pelo papa Wojtyla e as emissoras de televisão mostravam, concomitantemente à cerimônia, a população destruindo e incendiando a Casa de Governo, Assembléia Legislativa e Palácio da Justiça, símbolos maiores da injustiça das classes dominantes.

Nau sem rumo?

O povo de Santiago saiu às ruas sem direção política, destruindo os símbolos de poder e exploração, incendiando as casas dos deputados e líderes sindicais ligados às oligarquias. Mas não sabiam exatamente o que fazer com o poder que estavam tomando para si.

A chamada "Lei Omnibus" em Santiago implicava, entre outras coisas, na demissão de quase mil funcionários públicos e a redução entre 35 e 50% dos salários. Isto provocou uma série de mobilizações de protesto e levou a CGT regional

(oficialista) a convocar uma greve em apoio aos deputados que propunham mudanças na lei. A seção local da Associação de Trabalhadores do Estado (ATE), que não faz parte da central oficialista, se adiantou e chamou uma marcha diante da Casa de Governo, pedindo a anulação da lei. Entretanto, a convocatória não teve a resposta esperada, talvez porque fora convocada por algumas entidades que mantinham velhos laços com as oligarquias políticas históricas, de raízes populistas e conservadoras.

A ATE e os partidos não conseguiram dar direção política ao levante, que ocorreu de forma espontânea. Donas de casa, aposentados, desempregados, funcionários públicos foram para as ruas.

No entanto, a espontaneidade tem antecedentes. Dez dias antes, a província de La Rioja, onde Menem iniciou sua carreira política, esteve à beira de um protesto similar somente contida porque o governo voltou atrás nas medidas de ajuste estrutural.

Em Santiago del Estero, como na maioria das províncias que têm um forte déficit fiscal financiado pelo Governo nacional, o ajuste implica no atraso em vários meses do pagamento dos salários, na redução percentual dos mesmos e na demissão em massa dos funcionários públicos. Em Santiago, demissão significa total falta de alternativa...

Várias províncias - Salta, Jujuy, Tucumán, Santa Cruz - viveram situações de intenso conflito, produto da crise financeira e carência de recursos.

A ausência de lideranças em Santiago fez com que não houvesse quem desse continuidade à espontaneidade das massas e desnudou o atual sistema de partidos, uma vez que não apareceu nenhuma força política do sistema capaz de canalizar a força social do levante.

Os acontecimentos de Santiago mostram a emergência de um sujeito social coletivo, produto característico da crise e da homogeneidade da pobreza, ou seja, a falta de perspectiva, as inseguranças das condições de vida e ausência de um projeto de futuro que não seja o agravamento e aprofundização da crise.

Entretanto, a forma como se vai constituir esta nova subjetividade social e a ausência de elementos políticos de vanguarda que colaborem com seu desenvolvimento sem tutela determinaram que a insurreição santiagueña ficasse restrita a seus próprios limites. Seu impacto foi também limitado pela pouca significação econômica e política da província na totalidade do país.

Previsões

A insurreição de Santiago parecia abrir um cenário diferente para 1994. 1993 na Argentina se caracterizou como um ano de mobilizações e lutas, constituindo-se como antesala de um 1994 cujo resultado pode ser a politização crescente da sociedade.

Mas não se trata aqui da politização que emerge de meros atos eleitorais, como pretendem o governo e a oposição parlamentar, ou de acordos políticos forçados pelas classes dominantes que não fazem mais do que relembrar os conturbados anos 30 conservadores.

Neste contexto antidemocrático, o voto nos partidos, em seus programas e em seus métodos, serve somente como complementação de um requisito formal e carece de sentido para as grandes massas operárias e populares.

Ao contrário, se trata da politização que surge da auto-atividade das massas, da busca de auto-organização, de uma nova subjetividade social somente encontrada no terreno da luta de classes; da compreensão de que somente ali se pode enfrentar com possibilidades o modelo em curso e a necessidade de orientações políticas que sejam possíveis.

A diferença entre esta e outras explosões sociais que têm ocorrido no mundo, é que esta não tem uma base de enfrentamentos inter-étnicos (Los Angeles), ou um conteúdo expropriatório para sobreviver à fome e à marginalização social ou uma reivindicação moral e ética. O levante popular de Santiago tem um caráter inédito que não reside tanto em suas origens, que combina aspectos dos anteriores e tem uma causa comum na resistência ao modelo neoliberal hegemônico, sem uma dinâmica social e política.

A insurreição de Santiago teve a virtude de deixar a descoberto o enorme vazio de direção que sofre a sociedade argentina. □

Eduardo Lucita é editor da revista argentina Cuadernos del Sur. Este artigo foi condensado por Fernanda Estima.

Maternidade na menopausa

IDA DEQUEECKER

O fato de que mulheres na menopausa possam ter filhos com sucesso, através da implantação de um óvulo previamente fecundado em outra mulher, ou através da implantação de um feto abortado, desencadeou um intenso debate na mídia européia, onde ecoou a indignação dos conservadores.

O debate societário não consegue seguir o desenvolvimento fulgurante das técnicas de fecundação artificial. Fala-se de fronteiras que seriam ultrapassadas. Mas ninguém parece saber com segurança onde estas fronteiras estariam. Retirar células de um óvulo fecundado seria interdito porque, diz-se, seria um ato *contra a natureza*. Mas que ato médico não é contra a natureza? Mães idosas não são capazes de criar uma criança, diz-se ainda: elas deveriam respeitar seu ritmo de vida. Mas porque jamais colocaram esta questão para os pais idosos? Ou às avós que criaram uma criança? Os custos dos riscos para a saúde da mãe e da criança são muito elevados para a coletividade? Por que não se aplica o mesmo raciocínio para os fumantes, os bebedores contumazes, ou para as indústrias que prejudicam a saúde?

Dispondo do próprio corpo

Todos estes argumentos, que são freqüentemente utilizados, não permitem traçar, em absoluto, uma linha de referência para abordar a questão da fecundação artificial, porque acabam conduzindo ao arbitrário. Tudo se passa como se o debate não conseguisse ultrapassar os marcos tradicionais do controle sobre a fecundidade das mulheres.

Um paralelo se impõe com o debate sobre o aborto. O movimento pela legalização do aborto diz: "as mulheres devem decidir sobre seu próprio corpo"; as mulheres decidem se elas querem ou não ter um filho e quando. Inversamente, portanto, as mulheres decidem o que fazem para ter um filho quanto quiserem ter um. Neste quadro, como no do debate sobre o aborto, as mulheres deveriam ter o direito à toda informação e todos os meios disponíveis que lhes

permitam decidir com conhecimento de causa. Esta parece ser a única atitude legítima. O perigo maior aí é o risco da comercialização, que deveria ser formalmente proibida.

Mas isso não fecha o debate. Uma abordagem feminista sobre todas as questões envolvidas continua sendo indispensável. Por exemplo, como a ideologia da família e da maternidade, as idéias estabelecidas sobre os laços de sangue e sobre as crianças, o fato de que a paternidade biológica e a paternidade social coincidam, influenciam o desejo das mulheres de terem crianças? Ter seu próprio filho pode ser um desejo muito menos natural do que se pensa!

Como o racismo e a opressão conduziram mulheres negras a desejarem carregar uma criança branca de olhos azuis? Como o ideal de juventude eterna estimula mulheres idosas desejarem engravidar e parir? E, enfim, como todas estas considerações pesam sobre as escolhas que são feitas em termos de pesquisa científica?

Estas são algumas considerações por ocasião de um debate mal colocado e de um evento inchado artificialmente pela mídia. Mas uma coisa é certa: o debate sobre as técnicas de fecundação artificiais não pode ser conduzido a partir das histórias sensacionalistas em torno do tabu de mães idosas em nossa sociedade... □

Ida Dequeecker é militante feminista belga. Este artigo foi transcrito do jornal La Gauche de 26 de janeiro de 1994.

Beardsley



Segundo Congresso da Rifundazione Comunista

FRANÇOIS VERKAMEN

O Partido da Refundação Comunista (PRC) realizou seu segundo congresso em Roma, de 20 a 23 de janeiro. Com uma ordem do dia carregada e debate apaixonados, o PRC dá, três anos depois de sua fundação, mostras de sua vitalidade.

Os delegados e delegadas defenderam suas opiniões sem papas na língua e, as vezes, mesmo com insolência. Uma atmosfera democrática expressa, no final do congresso, na fala do presidente do PCR, Armando Cossuta. "Temos necessidade de mais debates e não de menos; o debate não nos enfraquece, mas nos ajuda e nos fortalece. Não somente os camaradas tem o direito de defender suas opiniões, mas também tem o direito de se organizar para convencer o partido. Colocados em minoria, tem o direito de continuar defendendo suas opiniões. O que podemos exigir é que o partido, para ser mais eficaz, aplique a linha da maioria com convicção".

Três temas dominaram a pauta: a discussão sobre um projeto político da "refundação" que vá além da reafirmação da identidade comunista; a definição dos instrumentos capazes de ajudar a impulsionar a luta de classes (como um novo sindicalismo classista); e a participação nas eleições legislativas de 27 de março próximo.

Este último ponto foi o que mais empolgou os debates. A situação não é, de fato, simples. A reforma do sistema eleitoral suprimiu a representação proporcional a favor de um sistema à inglesa (uninominal, com um único turno), visando favorecer a alternância no governo entre duas grandes formações. Muito anti-democrático, este sistema pode conduzir agora a uma maioria de esquerda e a um governo dito progressista. Para evitar a marginalização eleitoral e mesmo o desaparecimento de sua representação parlamentar (atualmente de cinquenta deputados e senadores), a Refundação esta quase obrigada a participar de um bloco eleitoral com o PDS, a Rete e os Verdes. Mas, ao mesmo tempo, isso coloca o problema de um acordo programático para além das eleições, base, eventualmente, de uma participação governamental.

Os círculos locais discutiram diversas propostas no debate preparatório. No final, três moções foram submetidas ao congresso. A primeira foi defendida por Cossuta e Bertinotti. Ela aprovava o informe introdutório de Lucio Magri, as Teses e a resposta final de Armando Cossuta. Ela chamava a unidade das forças de esquerda e progressistas em uma campanha eleitoral destinada a obter uma maioria, assim como um acordo programático sobre algumas questões "fundamentais". Foi ao final aprovada por 70% dos votos.

A segunda moção foi apresentada conjuntamente por um leque de "sensibilidades": a corrente trotskista, um setor de esquerda sindical e um setor da esquerda "cossutista". Defendendo a proposta de uma lista unitária, ela se opunha a uma eventual participação do PRC no governo e, portanto, à assinatura de um acordo programático com o PDS. Esta moção recebeu 20% dos votos.

A terceira moção provinha de uma parte da direção (Salvato, Vinci). Aprovando as Teses e a lista unitária da esquerda, ela opunha-se a um projeto que definia como de colaboração de classes e à uma participação governamental no quadro de uma "aliança democrática", recebendo 10% dos votos.

As votações dão apenas uma idéia parcial da radicalidade do congresso e da política que será aplicada pela nova direção do PRC depois das eleições de março. Como disse o deputado Russo Spena (moção 2): Magri e Cossuta não dizem a mesma coisa sobre a questão do governo". De fato, enquanto Magri sugeriu, de maneira velada, uma participação governamental com propostas programáticas, Bertinotti e, ainda mais claramente, Cossuta parecem fechar, uma após a outra, as portas que poderiam conduzir o PRC ao governo. □

François Verkamen esteve presente ao congresso do PRC representando o SU da Quarta Internacional.

Um triunfo popular é necessário

GUSTAVO VASQUEZ

Serão realizadas no último domingo de novembro deste ano as eleições nacionais e municipais no Uruguai. Um país que foi governado nos últimos cem anos pelos partidos representantes das classes dominantes (*blancos* e *colorados*) - apenas com as interrupções das ditaduras de 1933 e 1973 - encontra-se ante a possibilidade de que a coalizão de esquerda da Frente Ampla ganhe as eleições.

Vinte e três anos depois de sua fundação, a Frente Ampla encontra-se com a possibilidade histórica de converter-se na primeira força política do país. Esta frente de esquerda, que nasceu no calor das lutas sociais e políticas da década de sessenta e dos primeiros anos dos setenta, conseguiu sobreviver até o presente, apesar de todas as tentativas feitas de liquidá-la.

Os partidos tradicionais se alternaram nas últimas duas eleições, complementando-se na condução da transição da saída da ditadura e na aplicação do projeto neoliberal, o que permitiria concluir a reestruturação capitalista iniciada pela ditadura.

Esgotado um sistema de acumulação baseado nas exportações de matérias-primas e produtos manufaturados e na substituição de importações, no marco de

um estado "benefactor", liquidou-se também o sistema político de dominação estabelecido. Um estado, uma institucionalidade e um sentir popular organizado para a existência de dois partidos imbricados com a história uruguaia, perdiam definitivamente sua eficácia face a consolidação de um terceiro grande polo, a Frente Ampla.

O período que termina

O governo do Partido Nacional (*blanco*), que acaba este ano, significou um aprofundamento do projeto neoliberal: privatizações, ajuste fiscal, abertura da economia (à região e ao mundo), arrocho salarial, cumprimento estrito das obrigações externas e queda dos investimentos públicos. E como resultado de tudo isso, o aumento do desemprego e um desenvolvimento brutal do trabalho informal.

Paralelamente, a Frente Ampla tentou governar Montevideo - que administra desde o mesmo ano que o Partido Nacional conquistou a presidência da república - com um projeto próprio, que beneficiava os setores historicamente prejudicados, e opondo-se ao projeto neoliberal em curso a nível nacional.

As pesquisas são expressivas a respeito: enquanto a população uruguaia retirou seu apoio ao presidente, o prefeito de Montevideo, Tabaré Vazquez manteve um alto prestígio (com o apoio da maioria da população da cidade, que constitui metade da população do país), permitindo a Frente Ampla colocar-se hoje em segundo lugar em intenção de votos a nível nacional.

O governo de Tabaré Vazquez não se desenvolveu sem contradições, com um processo de participação que teve pouca adesão ativa. Ao mesmo tempo, manifestaram-se importantes diferenças no interior da Frente Ampla sobre como tratar os problemas sociais (habitação, trabalho informal) e também sobre aspectos do controle administrativo.

O governo municipal enfrentou também violenta oposição da direita, cujo ponto mais alto foi a disputa sobre os impostos imobiliários na cidade (semelhantes ao IPTU no Brasil). A Frente Ampla elaborou uma proposta progressista, baseada no

conceito de que "os que tem mais pagam mais", que foi aprovada pela Junta Departamental. Mas ela foi derrubada no Parlamento Nacional e enfrentou a resistência também do Tribunal de Contas. Além disso, o organismo eleitoral máximo, a Corte Eleitoral, ameaça não aceitar o mecanismo de plebiscito que a Frente Ampla propõe para definir a posição final sobre o tema.

O ano eleitoral

Os planos do governo *blanco* iniciado em 1989 tinham três eixos centrais: o ajuste fiscal e a abertura da economia; reestruturação da previdência social, privatizando-a; e as privatizações. Apesar dos avanços gerais do projeto neoliberal, apenas o primeiro destes pontos conseguiu ser implementado. A reforma da previdência social, apesar das reiteradas tentativas de realizá-la, ainda está parada no parlamento, e a privatização das áreas estratégicas foi rechaçada pelos cidadãos.

Como está se tornando tradição no Uruguai, os plebiscitos realizados vem tendo como consequência sempre a derrota das classes dominantes. O realizado em dezembro de 1992 terminou com um claro *Não* às principais privatizações propostas - a Antel (telecomunicações) e a Ancap (refinaria de petróleo).

72% dos habilitados a votar disseram não às privatizações, em um movimento que se desenvolveu ao longo de um ano, encabeçado pela central sindical PIT-CNT e pela Frente Ampla. Isso demonstrou que a Frente Ampla, ao opôr-se frontalmente ao neoliberalismo e polarizando as discussões políticas, conseguia mobilizar o povo e aumentava suas possibilidades eleitorais. Este foi o pico da Frente Ampla nas pesquisas eleitorais.

Quem está na corrida

À diferença do Brasil, onde o candidato da esquerda, Lula, está disparado nas pesquisas com cerca de 30% de apoio e sem rivais à vista, as classes dominantes uruguaias tem já um candidato viável.

O ex-presidente J. M. Sanguinetti, do Partido Colorado, é que lidera as pesquisas a nível nacional, com cerca de 30%. O Partido Nacional (*blanco*), ainda sem candidato, está bem atrás, com cerca de 16% e o PGP, partido oficial da social-democracia no Uruguai, tem 5%, sendo ainda alto o nível de indecisos (cerca de 24%).

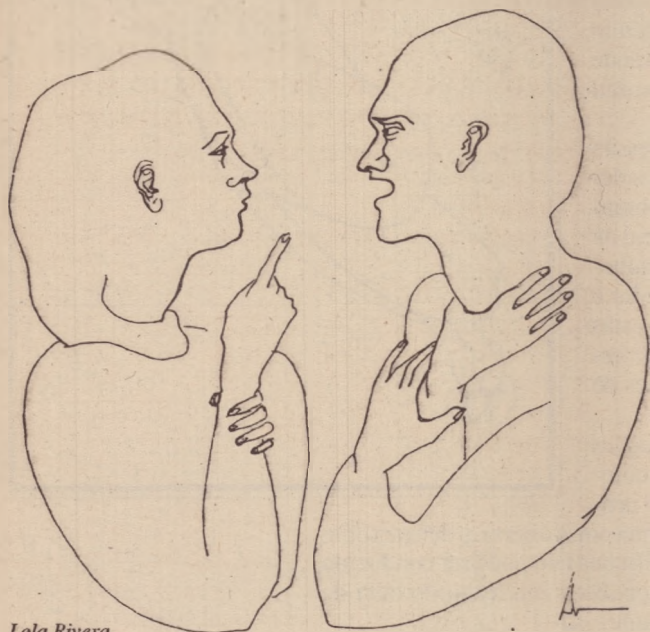
A Frente Ampla, com 25% das intenções de votos, aparece numa situação complicada para ganhar as eleições. As indefinições programáticas, produto de diferenças entre "moderados" e "radicais", para retormarmos o nome dado pela grande imprensa do país, é o primeiro problema. Aí confrontam-se, de um lado, o Partido Socialista (hoje a maior força isolada na Frente), a Vertente Artiguista e Tabaré Vazquez, virtual candidato a presidente pela Frente; de outro, o Partido Comunista e o Movimento de Participação Popular (integrado pelo MLN-Tupamaros, o Partido para a Vitória do Povo e o Partido Socialista dos Trabalhadores). Mas esta delimitação não é estática, como mostra o fato do Partido Socialista estar se posicionando junto com os radicais na oposição à revisão constitucional proposta pelos partidos burgueses.

A candidatura de Tabaré Vazquez, que é a que tem maior potencial eleitoral na Frente, esta estacionada na intenção de votos; como afirmou há meses seu principal oponente, Sanguinetti, por não resolver-se sobre isso.

Esta campanha eleitoral estará atravessada, ademais pela disputa sobre a reforma constitucional, pela qual os partidos tradicionais do país pretendem limitar os poderes do parlamento a favor do executivo e restringir a representação proporcional nas Câmaras. E também pela influência do contexto latino-americano, já que as eleições ocorreram depois das eleições em vários países do continente, inclusive do Brasil.

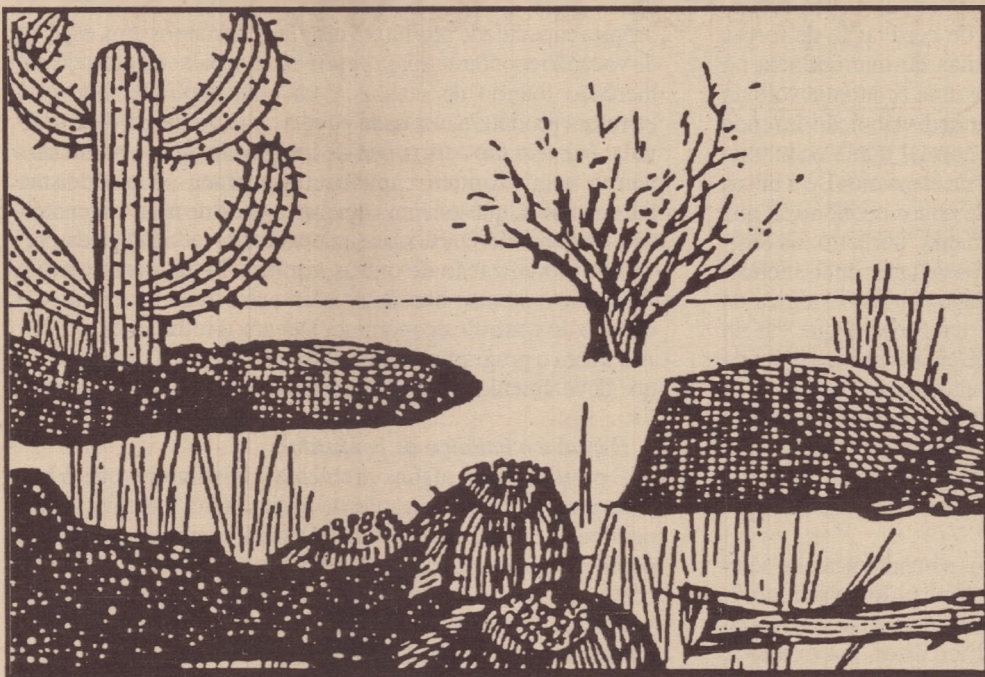
É norma no Uruguai que as eleições sejam decididas pelos 25% de indecisos que se posicionam nos últimos meses. São 400 mil uruguaios que, ao final, definirão qual das três propostas majoritárias ganhara, no olho eletrônico, a corrida. □

Gustavo Vazquez é dirigente do PST e do MPP da Frente Ampla.



Lola Rivera

A vitória da Frente Ampla nas eleições de novembro significa encerrar cem anos de domínio dos partidos Blanco e Colorado no Uruguai.



O estágio de elaboração do programa

Entrevista com João Machado, membro da executiva nacional e um dos coordenadores da comissão de elaboração do programa de governo do Diretório Nacional do PT.

Como foi, até agora, a elaboração do programa de governo do Lula?

Foi formada uma coordenação nacional com nomes indicados pelo DN. A partir dessa coordenação foram definidas quatro comissões temáticas: Estado, Política e Cidadania; Economia e Política Econômica; Políticas Sociais; Educação Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Essas comissões temáticas deveriam se subdividir em grupos de trabalho para temas específicos. Isto deveria ser feito a nível nacional, como forma de coordenação dos grupos que se formassem nos vários estados. Mas, de fato, este processo foi extremamente desigual. Em alguns casos houve discussão nacional, especialmente nos setores que já tinham acúmulo anterior, por exemplo: educação, questão de mulheres e outros temas. Em outros casos foram formados grupos com coordenação, com contatos entre Rio e São Paulo. E em outros casos ainda, o trabalho foi quase individual. Tudo isto foi remetido para a coordenação, que fez uma seleção deste material e uma síntese.

Não houve uma discussão de conjunto na coordenação, nem dos textos já prontos, nem das propostas específicas. Houve uma discussão sumária no DN e uma na Executiva, centrada em temas considerados mais polêmicos. É, portanto, um processo absolutamente desigual. Em alguns casos reflete bastante a discussão, o acúmulo do partido; em outros, são contribuições quase individuais.

É bom lembrar que neste processo, na fase de levantar questões, sem caráter resolutivo, houve um grande seminário no Rio de Janeiro e dois seminários mais reduzidos em São Paulo, no Governo Paralelo, aí fundamentalmente sobre temas econômicos (privatizações, desenvolvimento econômico, papel do estado, dívida externa e combate à inflação). Isto serviu como subsídio para a elaboração do programa.

E o que falta?

Falta muita coisa. Antes de tudo, falta completar a primeira versão do programa. O que temos até agora é uma versão incompleta. A parte sobre Estado, Política e Cidadania, sobre Políticas Sociais, ainda tem pontos que não foram colocados, como a relativa a saúde. Toda a parte de Ciência e Tecnologia ainda não está desenvolvida. Política Cultural não tem nenhum desenvolvimento até agora. A parte de economia tem várias questões faltando, como telecomunicações. A parte de Política Regional está até agora limitada a uma contribuição sobre o Nordeste e há outras lacunas. Então, há todo um trabalho para completar o que foi feito.

De qualquer jeito o que foi feito, mesmo que incompleto, dá um rumo geral, um arcabouço geral para o desenvolvimento posterior do programa, o que já é útil. Serve para concretizar e desenvolver esta discussão até o encontro.

Mas falta também uma coisa que todo mundo tem enfatizado que é até o mais importante: a definição dos compromissos de campanha, as propostas mais concretas, os grandes progra-

mas de impacto, as medidas para os primeiros cem dias. Serão projetos interdisciplinares. Provavelmente uma dessas grandes propostas vai ser o Programa de Renda Mínima na versão que está aprovada até agora, que é um programa de renda mínima voltado para garantir as crianças na escola. É claro que isto tem de ser desdobrado em um grande projeto, que vai combinar aspectos socio-econômicos, de educação e outras implicações, como a questão dos menores de rua e assim por diante. Esta parte, que até agora não foi discutida sistematicamente, exige uma discussão muito mais amarrada, muito mais interdisciplinar, muito mais política do que a que foi feita.

Quais os eixos desses compromissos, desses pontos mais concretos?

Não foi feita, até agora, uma discussão voltada para isso. É claro que renda mínima, qualquer que seja a versão que se adote, será uma proposta chave do governo. Igualmente o programa na área agrária, vinculado com a questão da fome e da produção de alimentos. Mas dentro da discussão de concepção geral, quais temas devem ser priorizados para melhorar, para desenvolver, para deixar mais clara uma cara democrática e popular?

A forma que a discussão foi travada até agora indica que devemos priorizar desenvolver mais é tudo que diz respeito a formas de participação popular e controle social. Na área do estado, como na área de direitos dos trabalhadores nas empresas, como na área das políticas sociais, das políticas públicas, nas questões de saúde, educação.

Em termos de economia, por exemplo, qual seria a grande mudança do governo? O que foi feito até agora tem dois eixos. De um lado, remontar a lógica da economia, buscando um desenvolvimento baseado no mercado interno de massas e portanto na distribuição de renda e riqueza, que permita resolver o problema da fome e da miséria e assim por diante.

De outro, isto só é possível se houver uma grande mudança na correlação de forças na sociedade, se houver a hegemonia de um novo bloco social a partir dos trabalhadores, setores populares, setores médios, até pequenos empresários, talvez até médios empresários. O programa diz até médios empresários. Tenho lá as minhas dúvidas sobre isso. Pelo menos em alguns casos, até médios empresários.

Que tipo de propostas de políticas na organização da economia podem permitir esta mudança na correlação de forças, esta



Ilustrações de Ademir Martins

hegemonia de um novo bloco social? Para que estes setores consigam pesar de fato sobre a orientação da política econômica? Se não houver essa mudança de correlação de forças social e de formas de controle, formas de interferência na gestão, tenho certeza que não teremos uma economia voltada para o mercado interno de massas e para a distribuição de renda

e de riqueza. A lógica normal numa economia capitalista e mais ainda na etapa atual, é a busca de mais competitividade micro-econômica, que reduz o emprego e aumenta, portanto, as desigualdades. Vai criando sociedades duais inclusive nos países capitalistas centrais. A lógica da economia capitalista é uma lógica que vai no sentido oposto de um desenvolvimento baseado no mercado interno de massas com distribuição de renda e riqueza. O modelo que propomos está obrigatoriamente ligado a uma grande mudança política. Esta é a grande ponte com a idéia do democrático e popular e com a idéia da transição ao socialismo.

Claro que defendemos a manutenção do setor estatal, reforçá-lo e reorganizá-lo no sentido de ter transparência, controle popular, desprivatizá-lo. Mas hoje é muito difícil dizer, por exemplo, que a grande mudança que nós vamos introduzir na economia é a ampliação do setor estatal. Isto não cola e a experiência do leste europeu difundiu uma desconfiança, em grande parte justificada, com as coisas centralizadas a partir do estado.

Nossa idéia forte para mudar o caráter da economia e da sociedade é portanto outra: introduzir uma dinâmica possa, de fato, ser chamada de democrática e popular, abrindo um processo de mudanças que signifiquem o início da transição ao socialismo. Este é o ângulo para abordar as questões de participação popular, controle social, formas de gestão mais coletivas contra-

postas à lógica do mercado, especialmente do mercado oligopolizado, e contrapostas à lógica da centralização de cima para baixo, a partir do estado.

Você acha que isso conforma o núcleo central do programa?

Embora isto esteja presente no programa, não está totalmente explicitado. O texto sobre economia não relacionava uma coisa com a outra. Não era contra a idéia de participação

popular, mas muitas vezes trabalhava uma argumentação de que a partir da própria estrutura econômica brasileira, da própria capacidade produtiva instalada, teríamos uma espécie de vocação econômica para desenvolver o país construindo um mercado interno de massas. Mas sem explicitar que esta estrutura produtiva instalada - que é razoavelmente desenvolvida, que tem um certo nível de integração etc. - é ao mesmo tempo uma estrutura capitalista vinculada ao capitalismo internacional, que tem uma dinâmica que é de mais concentração, de mais dualização das sociedades, de redução do emprego e informalização de outros setores. Ele não enfatizava a idéia que é preciso introduzir uma outra dinâmica política e mesmo de controle econômico. Devemos reforçar esta idéia. Até agora o programa foi discutido por partes. E esta idéia é a que deve vincular e articular as distintas partes do programa.

E qual é o balanço de conjunto?

É positivo, com alguns problemas. Positivo porque o que temos até agora se contrapõe de forma muito radical à lógica neoliberal que, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político, tem presidido a economia. Abre um campo de discussão que é correto e permite novos desenvolvimentos, que aponta os rumos. Não temos, para os encontros, que fazer uma rediscussão de eixos.

Mas temos também aspectos negativos, já que isto foi feito de forma ainda bastante parcial, com um grau de discussão bastante desigual, em alguns casos ainda muito pequeno, inclusive a nível da direção do partido, sem falar da incorporação dos filiados como um todo.

O 8º Encontro aprovou a visão de que o programa deve ser a expressão da vontade política de amplos setores sociais, tem que ser uma peça discutida não só no partido como na sua base social. E nós ainda estamos muito longe disso. Mas ainda temos chance de desenvolver isto até o encontro e mesmo depois.

Foi positivo também que na última reunião da executiva conseguimos ter posições de maiorias amplas, bastante razoáveis sobre os pontos considerados polêmicos, especialmente Forças Armadas, dívida externa, privatizações. A questão da renda mínima que foi um ponto polêmico, mas não deveria ter sido. Foi um erro de encaminhamento.

Como as questões que foram apontadas como as mais polêmicas, e inclusive foram alvo de campanhas pela imprensa, foram aprovadas por uma maioria grande ou quase consenso, isto dá mais solidez à proposta. Não vão ser objeto de nenhuma contestação maior. □



Os principais debates na Executiva Nacional

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A proposta de programa, ainda que incompleta, já tem suas linhas básicas, chegando agora razoavelmente articulada para o debate final no Diretório e para os encontros. Ao longo deste processo o partido sofreu a carga do pensamento neoliberal que atacou, via imprensa, entidades empresariais e ministros do governo Itamar, a esquerdização das propostas para o governo Lula.

O eixo destes ataques foi a questão econômica, em particular a posição de estancar o processo de privatizações (revendo o já feito) e a inclusão da suspensão do pagamento com auditoria da dívida externa.

Estas posições, apesar da ira da direita, estão consignadas na proposta de programa. Na reunião da executiva de 17/2, a posição sobre privatização presente no texto original foi aprovada por sete votos a um, com quatro abstenções, com ajustes de redação que ficaram a cargo de João Machado. E a proposta sobre dívida externa foi aprovada por 15 votos contra um voto a favor da definição já pelo não pagamento (apresentada por Sokol) e duas abstenções. Foi ainda aprovada a manutenção da estabilidade para o servidor público.

De outro lado, um tema bastante crítico, o relativo à política para as forças armadas e a defesa, cuja discussão também ganhou destaque na imprensa, teve, após o debate da Executiva, uma proposição básica satisfatória. Esta resgata a tradicional posição do partido de fim de qualquer tutela militar sobre a sociedade e o governo, e a disposição de reorganizar e racionalizar as forças armadas como organização para a defesa externa, eliminando-se inclusive a definição constitucional que atribui papel interno aos militares. O substitutivo apresentado por Tatau Godinho contra a emenda de Eduardo Jorge foi aprovado por 16 votos e uma abstenção. Associado ao tema, foi aprovado a proposta apresentada por Mauricio Durá, da secretaria de juventude, do fim



do serviço militar obrigatório (por 10 a quatro e duas abstenções).

Há ainda temas cujo aprofundamento ainda está em pauta, como é o caso da proposta do programa de renda mínima, onde duas propostas estão em discussão.

O programa como está é um texto longo, agrupando análises e propostas de ação governamental. Estas, em vários assuntos, ainda não ganharam concreticidade que deve ter um plano de ação. Também, obviamente, não estão na forma adequada para sua apreensão popular, para que se compreenda quais são os compromissos básicos que o governo Lula quer firmar com a maioria que poderá elegê-lo. E falta um amar-

ramento mais político do conjunto. Mas estas são questões a se resolverem até o encontro nacional. □

Governar para as maiorias

NALU FARIA E TATAU GODINHO

As propostas de governo que vem sendo discutidas pelo PT destacam o acesso à cidadania e aos direitos sociais e a criação de um mercado interno de massas. Mas este enfoque traz em si uma contradição evidente: o "automatismo" do mercado, mesmo de um mercado interno de massas como o que propomos, organiza-se a partir de relações de força, privilegiando os que já estão incorporados ao mercado ou em condições de serem por ele absorvidos. Esta absorção "natural" pelo mercado se dá em função do desempenho de produtividade nos padrões de competição capitalista, onde se destacam a disponibilidade para o mercado, a qualificação ou condição social seja de escolaridade, seja de raça ou seja de gênero.

Esta lógica "natural" do mercado está estreitamente vinculada à grade de poder sobre a qual a sociedade e o estado se estruturam, respondendo a interesses sociais diversos e organizados para manter as desigualdades sociais. Assim, as relações sociais, políticas e ideológicas estão organizadas em função de uma estrutura não apenas de classe mas também de raça e de gênero. O estado e as instituições dominantes organizam-se para manter as relações e posições de poder formadas a partir deste conjunto articulado de relações de desigualdades.

Quem são as maiorias

Ora, nossa concepção de política econômica, como até agora formulada, se propõe a incidir sobre as relações de classe ignorando, efetivamente, os outros aspectos essenciais na estrutura de exploração e opressão econômica e social. Lutarmos por um governo das maiorias implica alterar esta concepção e a prática que daí decorre e integrá-las num movimento global de rearticulação das relações sociais e de poder na sociedade e no estado.

Não se pode falar em classe trabalhadora como se trabalhadores fossem sempre brancos, homens, adultos. No Brasil, os trabalhadores assalariados inseridos no mercado de trabalho formal, homens e brancos, são uma pequena minoria da população. A maioria da população é negra; metade são mulheres; uma imensa parcela são crianças e adolescentes; e um percentual que já não é tão reduzido são idosos. Estas são as maiorias reais da população.

Nas discussões sobre modelo de desenvolvimento, o que se chama de questão social acaba surgindo como o oferecimento de elementos compensatórios para os que não conseguem ser abarcados pelas políticas gerais, que continuarão sendo aqueles que estão em melhor posição relativa, inclusive dentro da classe trabalhadora. O social aparece, assim, como um elemento agregado ao econômico e ao político. Mas ou a chamada questão social é colocada no centro do modelo de desenvolvimento (social e não apenas econômico), ou não teremos de fato a constituição de um novo padrão de desenvolvimento, voltado para as maiorias.

O social e as mulheres

Mas atuar no plano social, em particular em relação às mulheres, implica em trabalhar sobre temas bastante complexos e muitas vezes polêmicos dentro do próprio campo popular, como a questão da família. Hoje as mulheres constituem pelo menos 35% da população economicamente ativa; mas recebem salários que correspondem em média a apenas 54% dos salários dos homens. Hoje, 60% das mulheres empregadas ganham até dois salários mínimos. Uma política de renda e emprego que imagine que vai elevar os salários, sem garantias de emprego e qualificação, redução da jornada, melhoria das condições de trabalho para as mulheres, criação de creches e escolas em período integral etc., incidirá de maneira discriminatória favorecendo os homens por sua melhor condição de disputar o mercado de trabalho.

Devemos incorporar três critérios essenciais para a reconstrução das políticas do estado e do modelo de desenvolvimento de forma

a alterar o padrão de exploração e discriminação das mulheres: "1) o reconhecimento de que o estado objetivamente estabelece políticas sociais que favorecem aos homens enquanto gênero, quando não parte de uma concepção de alterar as relações de gênero na sociedade. Damesma forma que não existe "estado neutro" do ponto de vista de classe, tampouco existe do ponto de vista de gênero; 2) os serviços sociais são obrigação do estado e não favor ou concessão. Não existe democracia sem direitos sociais coletivos; 3) as mulheres não podem ser vistas como apêndice da família. Embora uma série de direitos reivindicados pelas mulheres incidam sobre seu papel na família, a concepção das políticas públicas e da cidadania das mulheres deve buscar garantir-lhes direitos individuais e como gênero, desconstruindo a prevalência de seu papel social de alteridade.

"Considerar as mulheres como cidadãs plenas exige deixarmos de ver a sociedade estruturada a partir de uma visão de família que pressupõe (o homem provedor e) a permanência da mulher em casa, neste papel de sustentáculo das condições de sobrevivência cotidiana e socialização dos indivíduos.

"Essa alteração na concepção do papel social do estado só será efetiva se pressupor tratar desigualmente os desiguais. Serão necessárias várias políticas compensatórias, ações afirmativas como formas de chegar a uma igualdade de oportunidade entre homens e mulheres."

A situação das crianças

Este problema coloca-se também para as crianças. Segundo a Fundação Seade, nas famílias chefiadas por mulheres negras na GSP, 44% da renda vem dos filhos. Se não trabalharmos um programa que leve em conta que o trabalho de muitas crianças é essencial na composição da renda familiar, não poderemos pensar um sistema educacional que seja um atrativo real para os responsáveis (a família) quando eles existem, mas principalmente para as próprias crianças. O fim do trabalho infantil tem que ser uma consequência de um conjunto de políticas que façam com que a criança não ingresse no mercado de trabalho. E lembremos também que é bastante grande o número de crianças que necessitam de local para moradia mais sadios que com suas famílias, crianças que muitas vezes já construíram sua identidade como trabalhadoras.

O problema escola-trabalho-moradia (família) é complexo, mostrando as dificuldades de construir uma proposta única. É claro, entretanto, que não podemos abrir mão de uma política de escola em período integral, e não apenas dos sete aos catorze anos. Esta não é uma política para dez anos, mas deve ser uma prioridade nacional e uma prioridade do governo Lula.

É na medida que se avança na satisfação das necessidades e no atendimento dos interesses concretos das mulheres e os setores marginalizados que poderemos alterar sua posição na sociedade. E aí sim, falar em cidadania. E cidadania não apenas para as mulheres, mas para os negros, as crianças, os idosos. Sem estas alterações de concepção básica, nós não vamos governar para a maioria da população brasileira. □

Nalu Faria é membro do DE do PT de São Paulo. Tatau Godinho é membro da Executiva Nacional do PT.



EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 EDIÇÕES)

Normal (CR\$ 7.000,00)

Apoio (CR\$ 14.000,00)

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

Cep: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe. Rua brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda - São Paulo - SP Cep: 01151-000 Tel. 66-5550

Comitês Lula já

MIGUEL ROSSETTO E MARILANE TEIXEIRA

“É fundamental enxergar que no centro de nossa tática está a disputa de corações e mentes da classe trabalhadora.”

bates, defendendo propostas frente a “todos” os candidatos etc.). Num rumo parecido vai o argumento de que a CUT comporta várias opções partidárias, e que não necessariamente irão se definir pela candidatura do Lula (haverá, certamente, os que optarão por Brizola, pelo candidato do PSDB etc.).

Por outro lado, legitimamente angustiados com a terrível defasagem que essas posições colocam em relação à dinâmica atual da luta política (uma disputa acirradíssima com a direita), outros companheiros partem hoje para propor diretamente que os sindicatos através de suas instâncias máximas (as assembleias) definam apoio ao Lula, no plano político e material.

O que um e outro lado não respondem com clareza é como o terreno dos trabalhadores organizados sindicalmente pode ser trabalhado desde o ângulo da disputa política de hegemonia que hoje se vive na sociedade. Aqui é fundamental enxergar que

novo rumo para a discussão.

Se o ponto de partida é a disputa de hegemonia, os militantes sindicais petistas devem construir uma ferramenta eficiente para essa tarefa: Comitês nas categorias para apoiar a candidatura do Lula. Realizar reuniões com os trabalhadores de base para discutir o programa de governo, o caráter do governo, o papel do movimento sindical no mesmo, assim como levar o *acúmulo programático* que nossas categorias produziram para “dialogar” com as formulações do Plano de Governo do PT. Produzir materiais desses comitês trabalhando as questões de interesse prioritário da classe trabalhadora. Lançar campanhas de filiação ao PT nas categorias. Trata-se de se ampliar e massificar as experiências já em curso de reuniões de candidatos majoritários com categorias de trabalhadores, assim como de cobrar dos comitês de candidatos proporcionais petistas pertencentes às categorias seu efetivo engajamento nesta perspectiva.

Nesse rumo, e com o crescimento da hegemonia da candidatura do Lula em cada categoria, não descartamos que uma Assembleia de trabalhadores defina seu apoio já para o primeiro turno. O que também quer dizer que outras categorias podem avaliar em contrário.

Polarização

Para o conjunto da CUT, a possibilidade de um posicionamento ainda no primeiro turno vai depender do desenrolar da conjuntura do ano 1994. O que levou no segundo turno de 1989 a que a direção da CUT se posicionasse explicitamente no apoio ao Lula foi o fato de que as candidaturas expressavam claramente a polarização entre um projeto à esquerda e outro à direita na sociedade; e como a CUT trabalha um campo programático claramente identificado com à esquerda tem facilidade, nessas condições, quando as eleições são de tipo “plebiscitário”, de se posicionar eleitoralmente. Não está descartado que isso venha a acontecer ainda no primeiro turno em 1994. Mas trata-se, por enquanto, de uma hipótese - cujo desenvolvimento deverá ser acompanhado pelas direções partidárias e sindicais.

Discutir desde já o apoio (ou não) em Assembleia, nos termos acima relatados, resultará num prejuízo para aquilo que deve ser nossa principal preocupação em 1994: conquistar os trabalhadores para nosso projeto político.

Por último, devemos ter noção clara de nossas prioridades políticas. Hoje a prioridade é, sem sombra de dúvida, construir os Comitês de apoio ao Lula nas categorias e o engajamento da militância na discussão sobre o programa de governo.

Miguel Rossetto é petroquímico/RS e membro da Executiva Nacional da CUT.

Marilane Teixeira é economista e assessora do Sindicato unificado dos Químicos e Plásticos de São Paulo.

ENCARTE
SINDICAL DO
EM TEMPO:

Solidariedade



Entramos no ano I do acirramento da disputa de projetos na sociedade brasileira. Tudo que vimos até agora (mesmo 1989) não passou senão de ensaios parciais deste momento. Para deixar a coisa mais candente ainda, há várias expressões da mesma disputa ao lado da “corrida presidencial”: plano FHC, revisão constitucional, CPI do Orçamento, CPI da CUT etc.

A militância é sensível a estes momentos críticos e muitos companheiros sindicalistas petistas se perguntam sobre “como deveria o movimento sindical participar na campanha eleitoral”. As primeiras respostas tem sido polêmicas nos espaços já tentados.

Polêmica

Por um lado, uma certa interpretação da “autonomia sindical”, assimilada já nos anos de construção da CUT, coloca como *senso comum* que o movimento sindical não deve participar enquanto tal de campanha, ou no máximo, deve fazê-lo de maneira muito genérica (convocando de-

o centro de nossa tática tem que ser a disputa de *corações e mentes* da classe trabalhadora.

Frente a esse desafio, os defensores do ultra-autonomismo não colocam senão uma forma *tangencial* de fazer política. Não entram no centro do debate. Querem que a ação sindical “respingue” na arena política.

Por sua vez, os defensores do “voto em assembleia” para o apoio já no primeiro turno entram de cheio num certo *espírito CLT* - se antes a máquina era usada para proibir a política na classe trabalhadora, agora serviria para impô-la. E nós sabemos o alcance que tem “uma assembleia”, por mais democrática que seja.

Construir comitês por categoria

Antes de seguir adiante, é bom esclarecer que no fato em si de apoiar explicitamente candidatos a presidentes não há nenhuma linha demarcatória para as experiências do movimento sindical. Por exemplo, a ultra-conservadora AFL-CIO e seus sindicatos se permitem defender e financiar (até 5% de seus orçamentos) os candidatos democratas nos EUA. Isto é, não estamos nos movendo no terreno de princípios. Do que se trata é de como atualizar, para o momento presente, a tradição de sindicalismo de intervenção política classista da qual a CUT faz parte.

Conseqüentemente, devemos nos debruçar na necessidade de construir um

DURVAL DE CARVALHO

A dimensão internacional da luta de classes se coloca com urgência cada vez maior para os trabalhadores. A estratégia do capital é internacional; suas iniciativas tem repercussão sobre o conjunto dos explorados e oprimidos do planeta.

Os trabalhadores estão muito aquém desse patamar e vêm-se presos a esquemas que atrelam seus interesses aos das empresas no mercado mundial (defendendo os produtos de "suas empresas" contra os de empresas concorrentes internacionais).

Por isso, foi negativo que na 6ª Plenária Nacional da CUT (1993) o principal ponto da discussão de política internacional fosse a "desfiliação da CIO-SL", segundo capítulo da novela despolitizada da filiação à CIO-SL. O tema volta no 5º Concut.

No caderno **Cut Pela Base: Uma proposta de construção da CUT** que lançamos no 4º Concut (1991), concluíamos, no texto sobre *A política internacional da CUT*: "Quem são nossos aliados? Quais ferramentas organizativas internacionais (fóruns, coordenações, centrais?) precisamos para dar conta dessas tarefas? Quais são as prioridades na conjuntura internacional atual? São algumas questões que a discussão sobre a política internacional da CUT deveria responder e que não foram colocadas nos debates preparatórios ao 4º Concut".

A discussão do conteúdo e do encaminhamento da estratégia internacional da CUT deveria ter comandado, desde um começo, a discussão sobre "filiação/desfiliação" da CIO-SL.

O "problema" da política internacional da CUT está na CUT. Para resolvê-lo temos que fazer um balanço do escasso internacionalismo de nossa prática sindical; analisar a trajetória da política internacional da CUT; reavaliar a estruturação da área internacional da CUT, e ter clareza da diversidade política dos aliados:

- A direção da CIO-SL pode ser uma aliada para algumas questões (como se mostra agora na questão da CPI da CUT); porém, não é uma aliada para os objetivos estratégicos da CUT.

- Dentro de centrais sindicais nacionais filiadas à CIO-SL existem setores de peso nas suas direções que podem ser aliados para os objetivos estratégicos da CUT. É o caso da Itália, Canadá, Equador e Paraguai.

- Importantes direções de categoria de centrais sindicais filiadas à CIO-SL têm grande afinidade com os objetivos da CUT: até na americana AFL-CIO no caso dos caminhoneiros, químicos e vestuários.

- Na base, em oposição às direções de categoria de centrais sindicais filiadas à CIO-SL há importantes movimentos como os quais temos um trabalho comum e muita identidade (nos ramos internacionais automotivo, siderúrgico e químico).

- Há centrais sem filiação (ou com discussão em curso) que são nossas aliadas: é o caso da uruguaia PIT-CNT, da Cosatu de África do Sul, da KTUC de Coreia do Sul, de CCOO da Espanha e da CTA argentina.

- Há centrais que foram ligadas à FSM e mantêm representatividade e legitimidade sindical apesar do desabamento da ex-URSS que a sustentava e com as quais temos identidade: a CGT francesa, a CGTP-IN de Portugal, o sindicalismo sandinista e a COB boliviana.

Para a CUT se movimentar neste mundo de aliados tão diferentes, agindo como um *polo aglutinador de recomposição classista* internacional, precisa, isso sim, manter sua *soberania* em política internacional. Mas isso não depende de sua filiação internacional.

Em 1992 votamos contra a filiação naquele momento. Desde o 4º Concut, entendíamos que deveriam ser priorizadas as tarefas acima mencionadas - conhecedores de nosso frágil funcionamento interno. O problema não estava na CIO-SL em si, mas na CUT.

Agora defendemos novamente a prioridade para a discussão do conteúdo da política internacional da Central. E não apoiaremos propostas no sentido da desfiliação. Um balanço global da vinculação orgânica da CUT à CIO-SL deverá ser feita, em próximos eventos deliberativos, dentro de uma avaliação geral da política internacional da CUT.

Durval de Carvalho é vice-presidente da CUT

Em busca de um lugar no mundo

GUSTAVO CODAS

Aumento da produção com diminuição do emprego: este é o retrato da reestruturação capitalista em curso no país - similar aos padrões internacionais. Um modelo de sociedade onde "cabem" cada vez menos pessoas. Com o "trunfo" de uma taxa de desemprego de 14% na mão, os empresários agora se dispõem a enfrentar a discussão sobre esse quadro crítico.

Dizem que um "trabalhador mais barato" diminuiria as taxas de desemprego. Como os salários já estão muito arrochados buscam agora eliminar "encargos sociais": aqueles valores destinados ao custeio de fundos sociais e/ou públicos para fins sociais e coletivos (INSS, salário educação, FGTS, etc) que são 35,6% sobre os salários.

Mentem: os salários não são um peso para os setores dinâmicos da economia brasileira. O custo da mão de obra por hora na indústria brasileira era em 1990 de US\$ 2,79, muito abaixo da Alemanha (21,30), EUA (14,83) e Japão (12,84). E mesmo abaixo da Coreia (4,16), Taiwan (3,98) e Singapura (3,78). Os dados são do Bureau of Labour Statistics no **Anuário do Trabalhador** (DIEESE, 1993)

Os empresários também propõem consolidar um novo tipo de trabalhador, aquele que só tem direito ao míngua do salário do mês, sem outros direitos elementares (aposentadoria, férias anuais, seguro-desemprego)

Isto ainda será objeto de disputa no âmbito institucional (Congresso Nacional, Conferência Nacional do Trabalho em março, Enunciados do TST etc). Mas já está sendo aplicado para além do marco legal: "Dois terços das contratações realizadas entre maio e julho (na Grande SP) foram de assalariados sem carteira assinada" (**Boletim do DIEESE**, nov. 93)

Muito do "emprego" que o capitalismo brasileiro forneceu no último período não merece esse nome (trabalho de crianças, trabalho a domicílio em condições precaríssimas etc)

A redução da jornada

O sindicalismo tem uma resposta radicalmente diferente: a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Seu sentido vai além disso, já que mais tempo livre é a pré-condição para os trabalhadores poderem ampliar sua participação política na sociedade.

No movimento sindical internacional cresce a sensação de que nos aproximamos de novas jornadas históricas como as vividas na virada do século anterior, quando a luta pelas 8 horas mobilizou milhões. Na Europa, a esquerda fala em drásticas reduções de jornada de trabalho, baseada no gigantesco aumento da produtividade do trabalho nos últimos 100 anos - quando ocorreram as maiores mudanças na jornada. Está em pauta a jornada de no máximo 32 hs semanais.

No Brasil a retomada da atividade econômica com retração do emprego, põe a questão na ordem do dia. O embate é forte porque a medida pode mudar a distribuição da renda nacional entre salários e lucros em favor dos primeiros. Os salários caíram nos anos 90 para de 30% da renda, quando em 1980 eram ainda 50%...

Determinantes do emprego

O aumento da taxa de emprego na economia capitalista depende: (a) do aumento da produção; (b) da duração efetiva da jornada de trabalho; (c) da produtividade da mão de obra por hora trabalhada.

No Brasil, em 88, a redução da jornada legal de trabalho para 44 horas foi compensada com o abuso das horas extras por parte das empresas. Nos anos 90 toda



Os 36 milhões de desempregados nos países mais desenvolvidos e o reaquecimento grevista na Europa colocaram o tema do emprego no centro do debate político dos países imperialistas. A direita tomou a ofensiva, propondo uma "esperta" redução da jornada... No Brasil o tema está pautado para 1994. O aumento da produção com diminuição do nível de emprego em 1993 provoca os sindicatos que preparam suas campanhas salariais neste ano. E a disputa do governo federal cobra da esquerda ousadia para criar um modelo de país onde todos trabalhem, em jornadas menores e vivendo melhor.

vez que se retomou a produção foi em base, fundamentalmente, a aumento da jornada efetiva via horas extras e/ou da produtividade da mão de obra através de mudanças no processo de trabalho (incluindo o aumento do ritmo de trabalho). Dados do SEADE/DIEESE mostram que o percentual de assalariados da indústria na Grande SP, que cumpriram uma jornada

superior a 44 horas semanais chegou a 45% (excluídas as semanas com feriados) no final de 93.

Como o salário base é muito baixo, os trabalhadores buscam uma remuneração melhor via horas extras, em detrimento de sua saúde e condições de vida, e do emprego dos demais.

Alguns sindicatos entraram no jogo patronal ao

centrar a discussão no aumento do adicional de hora extra. Ajudam assim na criação de uma cultura da flexibilização dos salários e da jornada.

Nossa estratégia, para onerar as horas extras como forma de impedir abusos, deve visar aumentos drásticos dos encargos sociais sobre as horas extras, aumentando os recursos públicos destinados a assistir aos desempregados.

Por outro lado, o IBGE registrava um aumento da produtividade *por pessoa ocupada* na indústria nacional para em janeiro-julho 1993 de 13,1%. E o índice de produtividade que mede a produção *por hora paga* na indústria cresceu 18,2%, mais que os 17,4% acumulados no período 1986-1992!

O desafio para os trabalhadores é o do controle sobre a produção: que as mudanças no processo de trabalho se façam com sua intervenção, no sentido de buscar se apropriar coletivamente das vantagens criadas pelo aumento da produtividade.

Papel do PT

A questão do emprego envolve a correlação de forças na sociedade e não apenas a relação sindicato-empresa. Os sindicalistas petistas podem desenvolver uma política global fazendo com que o PT incorpore um conjunto de medidas que articulem uma intervenção via governo federal, Congresso Nacional e sindicatos.

Todavia, num capitalismo como o brasileiro, não se pode esperar que o "mercado de trabalho capitalista" promova o pleno emprego. É necessário desenvolver políticas geradoras de emprego e renda a partir do apoio estatal a formas de associativas, de trabalhadores "por conta própria", pequenos produtores, na cidade e no campo, etc. Igualmente, a Reforma Agrária é componente essencial para promover o pleno emprego.

Em relação aos trabalhadores no mercado capitalista de trabalho, podem-se combinar medidas, a partir de uma política econômica de retomada do crescimento, tais como:

- nas campanhas salariais, luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, junto com a redução imediata do limite legal da jornada de trabalho para 40 horas semanais, e introdução na pauta de novas reduções nos próximos anos;
- fiscalização do uso das horas extras e combate à fraude trabalhista, junto com nova legislação que aumente os encargos sociais sobre os adicionais de horas extras;
- luta pela liberdade de organização sindical, com direito à organização no local de trabalho e acesso a informações sobre as empresas.

Gustavo Codas é assessor da Secretaria Nacional de Política Sindical da CUT

Propostas espertas

Combinando a preocupação política com a defesa de seus interesses econômicos, as propostas da direita em Europa vão no sentido de distribuir a mesma massa total de salários paga na sociedade aos hoje empregados, mas agora entre um número maior de trabalhadores (incorporando parte dos desempregados). É esse o sentido das políticas de redução da jornada com redução de salários. Dessa forma, esperam que se desative a ameaça social do desemprego massivo, mas sem nenhum custo para o capital.

Ao contrário, se é possível, querem fazê-lo com renovadas vantagens, buscando que a distribuição do trabalho signifique um aumento da taxa de

exploração e de lucro e se aproveite para avançar na flexibilização do mercado de trabalho e o enfraquecimento da posição dos trabalhadores. O governo da Espanha propõe que a distribuição de emprego se baseie na generalização do contrato por tempo parcial - deixando de lado a redução da jornada - e o governo francês aprovou um "experimento" de subvencionar as empresas que reduzam jornada e salários.

A direita tem outra razão para buscar essa redução da jornada. A recessão está causando estragos em alguns setores, notadamente o automotivo, com níveis de produção que superam amplamente a procura, acumulando-se mercado-

rias sem venda. Nestas condições é necessário reduzir a produção, e para preservar os lucros, também o emprego e os salários. Poderia se fazer uma demissão em massa, mas além da resistência social, significaria desperdiçar "capital humano" acumulado pelas empresas. Daí que proponham diminuir proporcionalmente a jornada e os salários. Assim propos o Volkswagen na Alemanha: reduzir em 20% a jornada de trabalho e em 20% os salários para evitar a demissão de 31 mil trabalhadores.

J. Albarraçin e P. Montes são assessores da CCOO de Espanha

“Um de cada quatro americanos pertence hoje à ‘força de trabalho contingente’, pessoas recrutadas pelas empresas para preencher funções imprevistas ou temporárias... Alguns analistas prevêem que no ano 2.000 metade de todos os trabalhadores americanos - cerca de 60 milhões de pessoas - terão engrossado as hostes destes fornecedores temporários... Um consultor inglês vai mais longe, antecipando o conceito de empresas que trabalharão com um pequeno núcleo de trabalhadores permanentes e uma massa flutuante de contingentes... As empresas continuarão a fazer os seus negócios, mas para isso não precisarão empregar pessoas”
Fortune, 24/01/94.

Muitos dos que têm um emprego trabalham em regime de dedicação parcial. Em Suécia este tipo de trabalho corresponde 20% de todo o emprego. Muitas pessoas optam por um trabalho temporário ou parcial porque não conseguem um emprego permanente. Conseqüentemente, o desemprego real é de certo maior que o que indicam as estatísticas correntes, já que a esses trabalhadores se computa como ‘empregados’ ainda que eles preferissem ser trabalhadores de dedicação plena”.

“A metade ou mais dos novos postos de trabalho criados na Alemanha, Espanha, França, Luxemburgo e Países Baixos entre 1980 e 1990 foram de empregos temporários”

O trabalho no mundo, OIT, 1992.

Retratos da CUT

1 Durante o 4º Concut (setembro, 1991) foi realizada uma ampla pesquisa sobre os dirigentes sindicais e os sindicatos aí representados. Desse estudo em fase de publicação pela CUT Nacional, reproduzimos aqui o trecho onde se analisa o "Tratamento das diversidades políticas" nos sindicatos da CUT.

Vinte e dois por cento dos sindicatos entrevistados consideraram que as divergências políticas no interior do sindicato "afetam e/ou dificultam a ação sindical". A grande maioria (63%) dos sindicatos urbanos e em menor proporção (47%) dos sindicatos rurais consideraram as divergências políticas como "dinamizadoras da ação sindical".

Maior parcela dos sindicatos rurais (18%) e pequena parcela (4,8%) dos sindicatos urbanos consideraram que "não há divergências políticas no interior do sindicato".

Em se tratando dos "procedimentos diante da posição minoritária", para cerca de 70% dos sindicatos cutistas entrevistados "a parcela minoritária tem o direito de defender sua posição no interior da categoria", notando-se uma posição bastante uniforme em todas as macrorregiões estudadas com relação aos sindicatos urbanos, com tendência de ser um pouco maior na região Sudeste e Sul.

Com relação aos sindicatos rurais, destaca-se da média a região Norte/Nordeste/Centro-Oeste onde somente 1/3 dos sindicatos defende o direito de expressão da minoria no interior das categorias (nas demais regiões está acima de 70%).

Por outro lado, o posicionamento de que "a parcela minoritária deve defender sua posição apenas no interior da direção" ficou em torno a 23% e outros ainda consideraram que "o posicionamento frente à minoria depende da conjuntura". Para 7% dos sindicatos rurais e 1,6% dos sindicatos urbanos "não há divergências de fundo".

A "participação partidária" dos dirigentes sindicais era "bem aceita" e "estimulada" em 82% dos sindicatos urbanos e 72% dos sindicatos rurais. Em 10% dos sindicatos rurais a participação partidária "não é discutida" e em 7% dos sindicatos cutistas a participação partidária dos dirigentes "não é bem vista".

2 Aqui reproduzimos o trecho sobre a "Participação e representação das mulheres" da pesquisa realizada no 4º Concut.

O percentual de mulheres nas categorias é significativo. Nos sindicatos urbanos constatou-se a seguinte distribuição: em 40% dos casos, mais da metade da categoria era composta por mulheres; em um quarto o contingente feminino era entre 25 a 50% e somente em 16% das categorias pesquisadas a presença de mulheres era menor que 10%.

As trabalhadoras rurais também representavam parcela importante da base dos sindicatos rurais: para 80% dos sindicatos haviam entre 25 a 75% de mulheres trabalhadoras.

Pouco mais de um terço dos sindicatos urbanos entrevistados afirmou que em suas pautas de reivindicações estão incluídas questões relativas à igualdade de trabalho, de salário e de oportunidades sobre a condição feminina. Em 41% dos sindicatos urbanos estudados, as reivindicações referentes às mulheres, diziam respeito somente às

questões referentes à maternidade (creche, amamentação, licença gestante).

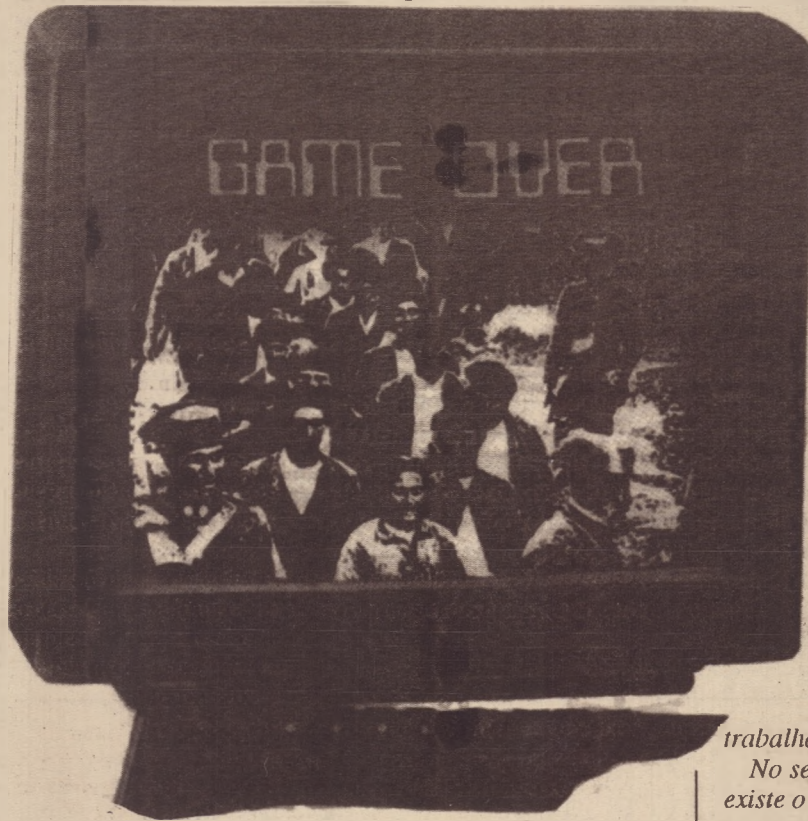
Em 45% dos sindicatos rurais, além das questões referentes à maternidade, não havia outras reivindicações referentes à condição feminina nas pautas de negociação. As reivindicações da mulheres do campo, que foram citadas como parte da pauta de negociação dos sindicatos rurais foram: aposentadoria por idade, fim da discriminação em geral, salário igual, acesso ao crédito rural, direito ao título de terra.

Com relação a organização específica da mulher nos sindicatos, só em um décimo dos sindicatos urbanos existia e funcionava um departamento, comissão ou secretaria de mulheres; em 60% não existe e em 15% existia mas não funcionava. Em 23% dos sindicatos rurais, havia e funcionava uma comissão/departamento/secretaria de mulheres, em 7% não existia mas estavam sendo realizadas atividades específicas de formação para mulheres.

A representação de mulheres nas diretorias dos sindicatos na maioria das vezes estava ligada às atividades organizativas e de retaguarda, mais identificadas com as profissões "ditas femininas", como por exemplo, secretária, formação, etc.

Dentre os sindicatos urbanos que tinham participação feminina nos órgãos de direção, a distribuição pelos cargos era a seguinte: 17% presidente; secretária 37%; diretores e secretarias sociais - imprensa, saúde, cultural, meio ambiente, questão da mulher (32%); diretorias e secretarias sindicais - formação, organização, assuntos jurídicos, política sindical (22%); vice-presidente (16%); conselho fiscal (15%). Em 5% dos sindicatos urbanos não havia nenhuma mulher na diretoria.

Quase 16% dos sindicatos rurais, não tinha mulheres nas diretorias. Onde havia participação feminina, 40% estava como suplentes em geral; 28% eram secretarias; 23% membros do conselho fiscal e 9% como presidente do sindicato.



GREVES AUMENTARAM EM 1993

ANO	GREVES	GREVISTAS (EM MIL)
1993	730	5.214
1992	623	2.819

MÉDIAS MENSAIS NO ANO

ANO	GREVES	GREVISTAS (EM MIL)
1989	183	1.383
1990	163	757
1991	94	627
1992	52	234
1993	61	434

Fonte: DIEESE

Chapa única da CUT

Com a participação 1.500 trabalhadores, a CUT realizou em 27 de fevereiro a convenção que escolheu a chapa única da central à eleição do sindicato unificado dos trabalhadores químicos e plásticos de São Paulo, marcada para 28 a 31 de março. A chapa tem 72 membros, funciona em regime colegiado e, se eleita, será a primeira diretoria depois da unificação das duas categorias. Até 1954, químicos e plásticos eram representados pelo mesmo sindicato.

Com a unificação, o sindicato unificado terá cerca de 100.000 trabalhadores na base, tornando-se um dos maiores sindicatos cutistas do país. É a primeira vez que um sindicato expressivo da central tem uma diretoria colegiada onde não existe a figura do presidente e todo os seus membros possuem igual poder de decisão.

A chapa única reúne a Articulação Sindical, Projeto para o Brasil, Democracia Socialista, PSTU, Fórum do Interior e Força Socialista.

A convenção foi precedida de um processo amplo de discussão da categoria. Ela resultou num programa consensual que abrange reivindicações mais imediatas (salário, emprego, jornada de trabalho), com questões mais gerais, como a reestruturação industrial, a reforma agrária, e a luta da cidadania plena dos trabalhadores.

No setor químico e plástico existe o processo acelerado de reestruturação industrial. Milhares de demissões ocorreram nos últimos anos, além das empresas adotarem em larga escala mão-de-obra terceirizada. Nesse sentido, a chapa da CUT pretende, entre outras coisas, organizar comissões por local de trabalho a fim de discutir a adoção de novas tecnologias sem que isso acarrete a extinção de postos de trabalho. Será também prioritária a discussão de temas como saúde no local de trabalho e preservação do meio ambiente.

BETI BURIGO

O aumento do orçamento militar e a manutenção de projetos polêmicos como o nuclear e o Calha Norte destacaram-se entre as propostas para as Forças Armadas veiculadas pela imprensa como parte da discussão de programa do PT. A militância petista foi surpreendida pela contradição aberta apresentada com proposições já defendidas pelo Partido ou por movimentos sociais que têm forte identidade com nosso projeto. Aparentemente, a novidade consistiria na busca da elaboração de uma proposta para as FFAAs que levasse em conta um "ponto de vista militar" e o esforço de pensar as FFAAs do ponto de vista do que seria a justificativa da sua existência - a defesa externa do país.

O sigilo e a dificuldade do acesso ao conhecimento militar (estrutura, organização, técnicas, armamentos...) é precisamente um dos problemas a serem enfrentados na perspectiva de uma democratização do Estado e do controle social sobre as FFAAs. A abertura dos arquivos e das instituições militares e a realização de cursos sobre as questões militares para civis são condições para que a política para as FFAAs possa ser democraticamente decidida.

Ao mesmo tempo, é impossível pretender-se conhecer o ponto de vista de uma corporação que não tem funcionamento democrático na sua estrutura interna sem liberdade de organização ou representação da tropa junto aos comandos.

Onde alocar os recursos?

A questão das Forças Armadas tem que ser pensada na perspectiva de sua democratização "por dentro" e "por fora" - ou seja, que permitirá não apenas que o governo, mas que a sociedade tome decisões - e do ponto de vista do interesse social na alocação dos recursos.

Todos os projetos militares têm um custo. Além dos recursos orçamentários, há as verbas secretas (como



as contas Delta, usadas no programa nuclear) e os negócios sigilosos (por exemplo, a venda de urânio para o Iraque). A Fazenda Ipanema, onde está instalada a usina de Aramar (projeto nuclear da Marinha), estava antes destinada à construção do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, projeto abandonado pelo governo. Para um governo que quer priorizar o com-

bate à fome, essa não é uma questão qualquer...

A priorização do combate à fome, da educação e da saúde exige não apenas a revisão dos investimentos na área militar, mas a discussão da "re"apropriação pela sociedade dos recursos acumulados na forma de equipamento ou tecnologia e de sua utilização.

Defesa externa e questão nuclear

Ao mesmo tempo em que faltam equipamentos para a defesa de fronteiras (marítima e terrestre) e até mesmo para o treinamento dos soldados, vultosos recursos são investidos no ambicioso projeto nuclear militar. Cerca de quatro mil trabalhadores estão envolvidos nesse projeto, enquanto o programa nuclear civil é desmantelado.

As instalações montadas pela Marinha em Aramar poderão ser rapidamente reconvertidas, através de diferentes processos, para o enriquecimento de urânio no grau necessário para a fabricação da bomba de fissão nuclear. Em 1986 já havia sido denunciada a existência, na Base do Cachimbo (sul do Pará), de perfuração adequada para experimentos de explosão de bomba com efeito comparável ao de Hiroshima. O poço foi fechado por Collor, em 1990, sem que o fato fosse esclarecido.

É preciso definir uma política de defesa que exclua a possibilidade da bomba ou de artefatos que possam ser utilizados contra populações civis. Nosso projeto socialista é, antes de mais nada, um projeto de defesa da liberdade e da dignidade da vida humana. Aqui não vale nenhuma concessão. Pesquisa nuclear tem que ser feita em instituições civis.

E, como diz o documento do PT, a defesa da soberania é responsabilidade do conjunto da comunidade nacional. Nossa tarefa é construir as condições para que a população mobilizada e organizada possa exercer essa responsabilidade. □

Beti Burigo é membro da Executiva Municipal do PT de São Paulo

Anotações para uma política cultural

ALÍPIO FREIRE

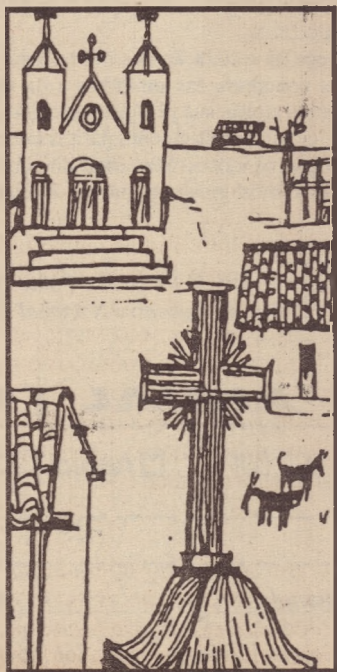
Seria girar em círculo, voltarmos a filosofar sobre o conceito de cultura. É o que temos feito no partido desde sempre. Essa fase "propedêutica" está superada. Por outro lado, a possibilidade de ganharmos a eleição presidencial, exige discutirmos uma política cultural para um governo democrático e popular que, ainda que nos marcos de um país capitalista, dê passos efetivos e coerentes com a nossa "utopia": o socialismo. Enfim, ou a parte contém a memória do todo, ou ela não é parte desse todo...

Hoje a maioria das nossas lideranças e das bases são unânimes em afirmar a importância e a necessidade de uma política cultural. Clara está sua prioridade. Nada existe, porém, sistematizado a este respeito.

Bases da cultura

Nossa maior dificuldade na definição de uma política cultural reside em colocar o dedo numa ferida: a questão ideologia. Este é o nó e o grande problema. Ou um governo de esquerda se prepara para uma ofensiva ideológica junto à sociedade, ou será exatamente nesse terreno que começaremos a sucumbir.

O núcleo básico de uma cultura reside na relação do homem com a natureza e dos homens entre si para a produção dos bens que satisfaçam suas necessidades, "provenham elas do estômago ou da fantasia" (a exemplo, ver o artigo *Derrubando muros e alambrados* e *Teoria e Debate* n. 23, pag. 70 e 71). Portanto, consoli-



dar uma cultura é estabelecer um universo (aberto ou fechado) de diálogos e combates; revolucionar uma cultura é propor novas relações entre seus elementos-componentes e também destes com novos.

Dependendo, porém, do ponto de vista em que cada um nós nos colocarmos, entenderemos tais relações de um ou outro modo. E quando falo de ponto de vista, falo de duas coisas: do lugar ocupado na sociedade e do saber e crítica acumulados. Ou seja, de uma situação objetiva e de uma situação subjetiva em permanente interação e desenvolvimento.

Assim, podemos legitimar totalmente ou em parte, ou negar parcialmente ou in *totum* as relações fundantes da cultura hoje hegemônica no Brasil. Por exemplo, posso entender que nos relacionamos mal com a natureza mas que, no fundamental, as bases das relações sociais estão corretas, ou vice-versa, ou mais ou menos ou etc; posso ser um "brilhante" ambientalista e não identificar qualquer erro no modo como estão organizadas as relações de trabalho ou de propriedade entre os brasileiros para produzir os seus bens.

Nossa política cultural deve revolucionar a cultura hoje hegemônica, subvertendo seus elementos fundantes: a relação com a natureza (que vai desde os temas específicos do ambientalismo até a propriedade da terra e dos recursos naturais) e a relação dos homens entre si, o que passa necessariamente pela discussão (e negação) da propriedade privada dos meios de produção, até o arcabouço jurídico-político que re-

gula as relações entre os homens. É nesse processo que também seremos capazes de elaborar os referenciais éticos de uma nova cultura na sociedade brasileira, e até mesmo uma nova cultura política para o PT - onde, por exemplo, os pré-históricos métodos do golpismo, da bajulação, da corte, do caudilhismo etc não tenham vez (mesmo às custas de imputar aos adversários o epíteto de "jurássicos").

Governo

O traço revolucionário que proponho como fundamento da nossa política cultural (fundamento não significa Programa de Governo, mas referência para sua elaboração) implica também em que essa política cultural seja de massas. Um processo capaz de atingir e envolver os mais amplos setores dos despossuídos de propriedade outra que não sua força de trabalho, socializando e incorporando saberes.

Considero, para a discussão a ser aprofundada, que a Cultura (assim como o Planejamento e a Comunicação) não devem ser ministérios (o mesmo vale para os estados e municípios), mas se constituir em unidades de trabalho próximas ao Executivo, no Gabinete. Isso deve desencadear o diálogo permanente com todos os ministérios para propor, articular e encaminhar as mudanças culturais possíveis e necessárias, garantindo assim sua abrangência.

Para estabelecer as interfaces necessárias, devem ser criadas nos ministérios unidades/grupos de trabalho que permitam identificar significado das relações entre as pessoas e o conhecimento, para a produção e a execução próprias das ações culturais, por exemplo, da saúde, da educação, dos transportes, da economia, da defesa etc, consumando a nova articulação. □

Alípio Freire é editor da revista *Teoria e Debate*.

Você conhece Mao?

PIERRE ROUSSET

O aniversário de uma revolução, obra coletiva dos povos, ou, na sua ausência, de um nascimento ou uma morte, introduzem logicamente uma reflexão sobre suas realizações. Não ignoremos, pois, o convite do calendário. Mao Zedong encarna a Terceira Revolução Chinesa (vitoriosa em 1949) e um esquema estratégico, o da "guerra revolucionária prolongada" contra o invasor japonês e depois contra o Guomintang chinês. Mas o maoísmo tomou forma no curso da Segunda Revolução Chinesa (a de 1925/27), que teve por esquema estratégico a combinação de sublevações de massa, urbanas, rurais e militares, no quadro de um vasto movimento de unificação nacional. A equipe de direção maoísta se constituiu e depois se impôs na direção do Partido Comunista Chinês através de intensas lutas de frações internas, durante os terríveis anos de contra-revolução que foram das derrotas de 1927 à epopeia da Longa Marcha, esta grande retirada militar de 1935/6.

É suficiente aqui dizer que é a partir de 1937, quando se inicia a invasão japonesa na China, que a direção maoísta implementa seu projeto estratégico. Os anos anteriores são essenciais para compreender sua tempera política e suas concepções originais, forjadas no fogo de uma experiência com similaridades (lugar das questões agrária e nacional, importância e perigo das alianças com o Guomintang...) e diferenças (rapidez da evolução da relação de forças, dialética imediata entre política urbana e ambiente rural...) daquelas dos anos trinta e quarenta.

Origens

A direção maoísta nasceu no seio de um partido comunista que já tinha ganho uma implantação de massa, tanto proletária como camponesa, e de um exército vermelho que já contava centenas de milhares de soldados. O maoísmo chinês jamais foi grupuscular!

Esta direção viveu a auto-suficiência, o autoritarismo imbecil e os erros desastrosos de Stalin e de seus protegidos amplamente responsáveis pela derrota de 1927/35. Aliás, ela se afirma repentinamente chinesa, emergindo de realidades nacionais, contra a fração Wang Ming, diretamente apoiada por Stalin. Ela não foi a única a pretender isso: é também o caso de outros dirigentes e correntes, mais profundamente anti-estalinistas, de um marxismo muito mais democrático, como Chen Duxiu e uma parte dos jovens trotskistas que então. Mas ela foi a única que conseguiu tornar-se uma força política maior. Ela se compromete com o poder estalinista, mas preservando sua autonômica de decisão. Ela derrota em seu próprio terreno os manobristas das frações rivais no seio do aparelho do PC. Desta prova, ela não sai incólume, absorvendo uma parte da nova cultura estalinista, misturando o autoritarismo burocrático com populismo, emprestando de Stalin seus próprios métodos para opôr-se a seu culto, nos anos quarenta, o de Mao. Mas ela emerge vitoriosa deste labirinto de conflitos.

Mas isso frequentemente escondeu o fato de que o maoísmo foi conduzido por uma verdadeira equipe coletiva. Mao é certamente a figura central, mas está longe de ser o único. A direção maoísta incorpora, nos anos trinta e quarenta, um número impressionante de quadros chaves, experimentados, capazes de reflexão independente, como Liu Shaoqi, Zhou Enlai, Chen Yun, Shu De, os futuros marechais da república popular e dirigentes regionais... Com eles, temos toda uma ossatura militante, um enraizamento multisetorial, uma experiência de envergadura nacional, sem a qual o PCC não teria podido sobreviver às derrotas, nem compreender a tempo as mudanças na situação.

Contradições

O maoísmo original é profundamente tributário das condições nacionais e internacionais que presidiram sua formação. Ele nasceu num período que respirava ainda o sopro do leninismo e que já era asfisiado pela nova ortodoxia estali-

nista. Só pode ser compreendido neste lugar, nesta tensão - e com todas as contradições decorrentes. A direção maoísta impediu a burocracia soviética de exercer sobre o PCC o controle detido que condenou a revolução de 1927; mas ela contribuiu também para eliminar o pluralismo marxista e revolucionário dos primeiros anos do comunismo chinês. Ela definiu uma política de frente única que evitou que o PCC voltasse a se tornar refém do Guomintang e que o ajudou a tomar a dianteira do movimento nacional; mas ela lhe imprime uma dimensão manipulatória que custa caro à revolução, sobretudo depois da vitória.

Ela liberta um enorme potencial democrático com a luta de independência, a revolução agrária e as lutas das mulheres, e depois a transformação radical do estatuto do operário na nova sociedade; mas ela jamais reduz o controle sobre as organizações de massa, nem aceita submeter-se à prova do livre debate político. Ela foi capaz de uma heterodoxia dinâmica, de uma grande inventividade e de uma inteligência aguda na luta pelo poder, tanto no plano da estratégia como da tática; mas ela demonstra-se incapaz de conduzir a transição ao socialismo.

A chegada ao poder

O maoísmo ainda é contraditório quando chega ao poder de estado, em 1949. Ele é, então, simultaneamente, o partido da revolução e o quadro político no qual se cristaliza progressivamente uma nova burocracia dominante. Ele está em osmose com as miríades anônimas que fazem da revolução uma realidade cotidiana, mas há já alguns anos que ele administra, com um importante aparelho de funcionários, uma zona liberada de cem milhões de habitantes.

Pode-se e deve-se analisar o maoísmo no poder sob mais de um ângulo. A evolução desta contradição interna - entre o partido da revolução e o da burocracia - é um deles, que esclarece as rupturas sucessivas que balizam os anos cinquenta e sessenta, modificando as relações que o maoísmo estabelece com suas bases sociais e explodindo com a equipe de direção histórica: a supressão pela repressão das Cem Flores e a alienação dos intelectuais; o fracasso do Grande Salto à Frente, a ruptura dos laços com o campesinato e a divisão irremediável do Comitê Central; a revolução cultural, a implosão das estruturas políticas do país e o sentimento - fundado - de terrível desordem e de engodo que separará Mao dos setores mais ativos da juventude e da classe operária. A forma como o PCC é reconstruído depois da tormenta de 1966/7 mostra que o partido da burocracia se impôs, então, sobre o da revolução.

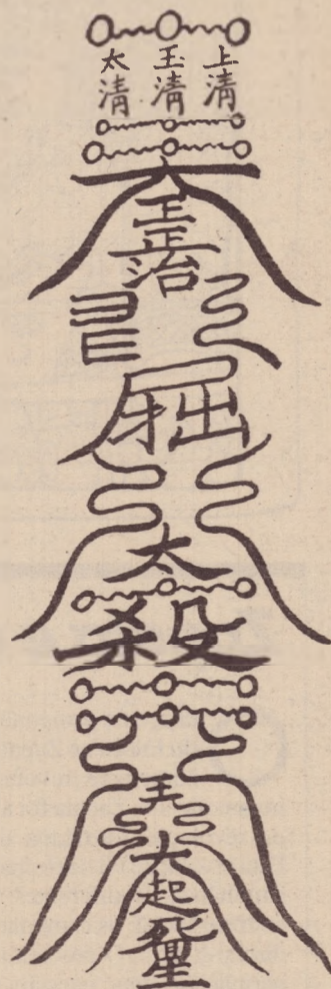
Desenlace

O culto delirante da personalidade! A reescrita oportunista da história, que transforma os adversários do momento nos contra-revolucionários de sempre! Ao recorrer a isso, Mao condena sem apelação o revolucionário que foi. O maoísmo oficial dá um golpe mortal no maoísmo das origens quando ela perde, a partir de 1968/9, seu último sopro igualitário e populista, deixando lugar apenas para a ditadura burocrática. Ademais, Mao não sobreviveu politicamente a esta prova. São Chiang Ching e Deng Xiaoping que, doravante, encarnam o braço de ferro que dilacera ainda o aparelho do PCC. A morte política de Mao precede a sua morte física.

Mas este fim pouco honroso do maoísmo de Mao não deve nos impedir de revisitar a Revolução Chinesa. Ela ainda tem, precisamente com todas as suas contradições, muitas coisas a nos ensinar. □

Pierre Rousset foi diretor do Institut International de Recherche et d'Education de Amsterdam. É autor, entre outras obras, de La Révolution Chinoise (dois tomos), publicada pelos cadernos do Instituto em 1986/7.

No clima militante dos anos 70, este aniversário seria objeto de culto, apoiado por grandes aparatos políticos, em muitos países do mundo. Mao Zedong nasceu há cem anos, no dia 26 de dezembro de 1929. Mas as celebrações foram, previsivelmente, bem raras. Entretanto, Mao e a revolução chinesa merecem ser conhecidos.



Zapata cavalga de novo

SERGIO RODRÍGUEZ LASCANO

"Fechamos os olhos supondo que o outro México desaparecia do não o vemos. Em primeiro de janeiro de 1994 despertamos em outro país. No dia em que íamos celebrar nossa entrada no Primeiro Mundo, retrocedemos um século até nos encontrarmos de novo com uma rebelião como a de Tomóchic. Acreditamos e quisemos ser norte-americanos, mas apareceu nosso destino centro-americano. O sangue derramado exige que se ponha fim à matança. Não se pode acabar com a violência dos sublevados se não se acaba com a violência dos opressores." (José Emilio Pacheco, *La Jornada*, 5 de janeiro).



Zapata e a revolução mexicana

O dirigente camponês revolucionário Emiliano Zapata inspira ainda numerosos revolucionários latino-americanos. Zapata foi a figura de proa da revolução mexicana de 1910-1917. Esta revolução foi o resultado da explosão simultânea de diferentes conflitos. Um conflito social: os camponeses exigiam o direito à terra. O problema agrário era e permanece uma questão chave para o México e para toda a América Latina. Um conflito político: a nova burguesia formada no século XIX e enriquecida pela industrialização contestava o poder da velha aristocracia latifundiária. Um conflito imperialista: a Inglaterra e os Estados Unidos disputavam entre si o direito de pilhar o México.

A burguesia mexicana finalmente saiu vitoriosa desta revolução. Zapata e seu exército camponês conseguiram conquis-

tar a capital e até mesmo ocuparam o palácio presidencial, mas não tinham uma alternativa política a apresentar para o conjunto da nação. Como não se colocavam a questão do poder político, deixaram-no para a burguesia (Carranza), que os traiu em seguida. Zapata foi assassinado em 20 de abril de 1919. Desde então o México é dirigido pelo PRI, cujo regime se reclama até hoje da revolução mexicana e mesmo da herança de Zapata.

Terra e Liberdade, o grito de Zapata, continua eminentemente mobilizador. Em toda a América Latina onde, ao contrário do México, a grande propriedade fundiária mantém seu poder. Mas também no México, onde os acordos do NAFTA estão significando a concentração capitalista das terras e a supressão dos *ejidos*, as propriedades coletivas tradicionais, conquista social da revolução do início do século.

O levante dos índios chiapanecos se deu em meio à maior euforia da classe dominante: quando brindavam em taças de champanhe nosso ingresso ao Primeiro Mundo (1º de janeiro foi a data em que, formalmente, entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA - entre os EUA, Canadá e México); quando o Partido Revolucionário Institucional (PRI) sentia-se mais seguro, pois tinha conseguido definir seu candidato presidencial sem que grandes fissuras ocorressem em seu interior; quando as 15 famílias mais ricas do país festejavam a capacidade que vem tendo os mecanismos de controle estatais para dominar os "descamisados".

Os sublevados escolheram esta data para demonstrar que a tradição não tinha sido derrotada pela modernização conduzida de cima. De repente, 500 anos de opressão e dominação caíram em cima de nós. Imediatamente e sem que o governo pudesse fazer nada, esta sublevação suscitou um apoio geral. De maneira quase unânime, os intelectuais mexicanos (que tanto peso político tem na nação) manifestaram uma posição compreensiva e inclusive de apoio aberto a este movimento.

Esta posição tem muito a ver com a dívida histórica para com os índios que sobrevivem no México. Em Chiapas, como nos estados de Guerrero, Oaxaca, Tlaxcala, Tabasco, Hidalgo ou Michoacán, onde se concentram a maioria dos 13 milhões de indígenas mexicanos (o maior número de toda a América Latina), as condições de vida são terríveis. Este levante indígena nos põe, então, cara a cara com uma realidade lacerante. A tradição exigiu sua vingança contra uma modernidade excludente, marginalizadora, racista, classista e anti-democrática.

O EZLN e a conquista da legitimidade

Especulou-se muito, no México, especialmente entre a velha esquerda, sobre a origem do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Mas em última instância tem razão o escritor José Emilio Pacheco quando diz: "Sabia-se, pelo menos desde maio, que algo terrível ia acontecer, mas ninguém esperava uma tragédia destas dimensões. Em Chiapas, fracassaram todos os partidos porque não encontraram vias não violentas para lutar pela justiça social. As demandas sempre foram respondidas com a repressão e o aprisionamento dos indígenas que só falavam sua língua e não podiam defender-se em entender seus processos".

Efetivamente, as forças de esquerda foram de alguma maneira absorvidas por um duplo fenômeno: uma visão eleitoralista da mudança política e o impressionante aparato corruptor do regime mexicano.

No primeiro caso, analisava-se corretamente a debilidade da expressão política dos diversos setores sociais, o que permitia concluir que a atual conjuntura eleitoral deveria ser aproveitada para expressar os setores sociais e que seriam as urnas o caminho por onde o povo castigaria o PRI pela deterioração das condições de vida. Esta análise não é de todo incorreta; o que acontece é que se restringia demasiado as tarefas e as atividades a aspectos eleitorais.

No segundo nível, a coisa era pior. A impressionante traição dos principais dirigentes camponeses, que apoiaram a reforma de Salinas do artigo 27 da constituição mexicana (que permitiu a venda da terra dos *ejidos*), conseguiu impedir uma resposta massiva do campesinato. Hoje, em Chiapas, o EZLN retoma a luta contra a modificação deste artigo. A edição de número um de seu jornal *El Despertador Mexicano* traz seu projeto de Lei Agrária Revolucionária, que afirma: "A luta dos camponeses pobres no México continua reclamando a terra para os que nela trabalham. Depois de Emiliano Zapata e contra as reformas do artigo 27 da constituição mexicana, o EZLN retoma a justa luta do campo mexicano por terra e liberdade". Enquanto isso, as organizações camponesas agrupadas no Conselho Agrário Permanente foram o principal aval da contra-reforma agrária do salinismo.

Divisor de águas

As ações do EZLN estabeleceram uma divisão fundamental entre os que estão com a oligarquia que hoje está governando o México, por um lado, e os que se colocam ao lado dos

indígenas chiapanecos, de outro. E isso tanto em função da composição do EZLN, do tipo de ações que desenvolveram e das colocações que fizeram.

Na prática, o EZLN começou suas ações públicas onde os outros paravam, ao menos em dois aspectos. A sublevação iniciou-se com a ocupação de quatro cidades da região dos Altos de Chiapas: a turística San Cristóbal de las Casas, Ocosingo, Las Margaridas e Altamirano. A exceção da última, todas têm mais de cem mil habitantes. Ora, a ocupação de cidades por centenas de pessoas normalmente significa um processo de acumulação de experiência e de atuação pública. Fala-se que participaram da tomada de San Cristóbal cerca de 800 guerrilheiros que, em sua maioria, não eram da cidade. Isto é, trata-se de uma organização revolucionária que conseguiu estruturar milhares de camponeses indígenas em um exército regular.

O segundo aspecto inédito no EZLN é que imediatamente formularam uma proposta estratégica, exigindo que o governo mexicano reconheça-os como força beligerante e definiram claramente seus objetivos. O subcomandante zapatista Marcos, responsável pela tomada de San Cristóbal, assinalou à imprensa: "As reformas e contra-reformas feitas pelo PRI com a cumplicidade do PAN, não oferecem nenhuma oportunidade aos partidos políticos de oposição e menos ainda a outros movimentos cívicos. Falta liberdade e democracia. Não pedimos sequer um governo nosso, mas que seja um governo de transição, com atores mais equilibrados, que convoque eleições limpas".

Flexibilidade

Outro aspecto que chama a atenção é a flexibilidade que esta força mostrou em suas colocações e em sua concepção em vários terrenos. Assim, no plano ideológico, quando definem a si mesmos, desde logo existe a definição de que lutam pelo socialismo; mas ao mesmo tempo fazem uma precisão importante. "Não há no movimento do EZLN uma ideologia perfeitamente definida, no sentido comunista ou marxista-leninista. Há mais um ponto comum de enlace dos grandes problemas nacionais, que coincidem sempre, para um setor ou para outro, na falta de liberdade e de democracia".

No editorial do número um de seu jornal, o EZLN afirma: "Mexicanos, operários, camponeses, estudantes, profissionais honestos, chicanos, progressistas de outros países, iniciamos a luta que necessitamos travar para alcançar demandas que nunca foram satisfeitas pelo estado mexicano: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz".

Esta flexibilidade de colocações e conceitos está presente também em sua reivindicação da tradição, das revoltas nacionais e populares, na reivindicação dos oprimidos e de sua história.

Além disso, os zapatistas diferenciam-se de outros movimentos armados em outros países pela relação que propõem com o movimento popular e com outras organizações políticas. Isso fica claro quando assinalam: "A luta legal é bastante limitada e deve-se oferecer outras formas de luta. A revolução não se limita a luta armada; há agrupações abertas, organizações e partidos independentes. Problema da guerra é um problema político, é uma medida extrema. Colocamos-nos uma política ampla de alianças". Em outra declaração se diz: "Sobre as demandas de liberdade e democracia está se fazendo um chamado a toda a República Mexicana, a todos os setores sociais para que participem, não necessariamente com as armas, mas com os meios que cada um disponha".

No final, o EZLN conseguiu lançar um grande desafio ao Estado mexicano e catalizado um grande apoio popular em todo o país. Para uma boa parte da população, o EZLN não é uma guerrilha, mas significa uma demonstração de dignidade frente a classe governante.

Tradição e modernidade

A maneira como o presidente Salinas de Gortari conseguiu superar a crise de 1988 - o protesto pela fraude contra Cuauhtémoc Cárdenas, que possibilitou sua eleição - e colocar-se como o transformador do país impressionou muita gente. Seu governo conseguiu implementar uma série de mudanças na relação entre o Estado e a população, entre o Estado e a burguesia e entre o Estado e a economia. Estabeleceu, em especial, uma aliança com o Partido Acción Nacional atingindo uma maioria parlamentar de 80% em torno da política econômica e social que implementou. A entrada em

vigor do NAFTA parecia confirmar esta linha. Uma boa parte dos mexicanos se preparava para ingressar no Primeiro Mundo. Somente faltava, diziam os mais críticos dentro do salinismo, um pouco mais de democracia.

O levantamento chiapaneco colocou em crise boa parte deste projeto, num momento em que aproximam-se as eleições presidenciais e parlamentares de agosto. Num primeiro momento, o governo tentou esmagar o movimento através da repressão estritamente militar. Mas isso colocou em evidência todos os aspectos mais negativos da conduta do exército mexicano provocando um amplo movimento de solidariedade com os rebeldes.

Neste sentido, o governo se confrontará neste ano com muitos problemas simultâneos:

a) a tomada de consciência de boa parte do mundo da real situação do México e, com a criação de um clima de instabilidade, a não chegada (ou inclusive a saída) dos capitais estrangeiros aguardados com a entrada em vigor do NAFTA;

b) como resultado do ano recessivo vivido em 1993 e da crise de ingresso de novos capitais, a dificuldade de implementar uma política social que obtenha apoio popular;

c) a falta de carisma de Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial pelo PRI selecionado por Salinas, e a possibilidade de agudização das diferenças no interior do partido, uma vez que o pré-candidato derrotado, Manuel Camacho Solís, destacou-se como negociador de paz em Chiapas, depois que os ataques militares foram suspensos;

d) a inutilidade do PAN como apoio ao governo ante acontecimentos com estas características. O candidato presidencial do PAN declarou que o exército deveria "sufocar o mais rápido possível" esse movimento;

e) a possibilidade que se identifique a outra candidatura importante, a de Cardenas, com essa luta popular. Depois de uma primeira declaração bastante equivocada, Cárdenas colocou-se corretamente no terreno e vem obtendo grandes simpatias;

f) a possibilidade que se desenvolva um grande movimento social que não permita que toda a atenção se centre em Chiapas. O EZLN conseguiu abrir uma brecha pela qual poderão se expressar os diferentes movimentos sociais, que eles concebem como seus aliados.

Neste sentido, Chiapas vai determinar o que se passará no país nos próximos meses. Vai, em especial, determinar o processo eleitoral. □

Sergio Rodriguez é dirigente do PRT mexicano. Este artigo foi extraído da Inprecor América Latina.



A sublevação de Chiapas será determinante para todo o processo político mexicano no ano de 1994, e em especial as eleições presidenciais de agosto.

Do universo infinito ao mundo fechado



Ilustrações:
Art Forms in Nature, de
Ernest Haeckel

JEAN PAUL DELÉAGE

Nossa geração é a primeira que vive sob a ameaça da catástrofe nuclear e ecológica global. “As antigas civilizações morriam sem que a espécie estivesse ameaçada. Com nossa civilização se passa algo completamente diferente, pois abarcou o mundo todo”, escreve Emmanuel Berl. Já é hora de compreender nossa identidade comum, nosso pertencer à espécie humana, embarcada na frágil esfera verde e azul que fomos os primeiros a contemplar do espaço. Foi colocado para nós assumirmos uma nova identificação, não só com uma comunidade ou um país, mas com toda a Terra. Nisto a modernidade da consciência ecológica amplia brutalmente as fronteiras de nossa cidadania às da ecosfera. É precisamente a gênese desta consciência ecológica que esboçaremos.

Nas origens

O historiador americano Lynn White buscou a origem de nossa crise ecológica no período medieval que consagrou, no Ocidente, a vitória definitiva do cristianismo sobre o paganismo. A fé implícita no progresso ilimitado, que não existia nem no mundo greco-romano, nem nas culturas orientais, teria sua origem nesta revolução religiosa e psicológica, a maior de nossa cultura. Com o Renascimento, esta crença prometéica na submissão da natureza ao humano tornou-se hegemônica na cultura ocidental. Com ela, sobre a influência acumulada da Reforma e da Contra-reforma, seguida do cientificismo dos séculos seguintes, instalou-se de forma duradoura o antropocentrismo absoluto. A utopia da *Nova Atlântida* de Francis Bacon descreve um mundo onde o homem é o centro, uma sociedade cujo princípio organizativo seria a ciência e seu objetivo “o conhecimento dos movimentos secretos das coisas, e a extensão dos limites do império do homem a fim de executar todas as coisas possíveis”. Dois séculos mais tarde, Marx lhe faz eco sublinhando a grande ação civilizadora do capital mediante a qual a natureza se transforma em algo útil para o homem, enquanto o que existia em todas as sociedades anteriores era uma espécie de “idolatria”.

Neste contexto cultural e, de certa forma contra o horizonte utilitarista que o limita, emerge a consciência ecológica. Seus começos são contemporâneos dos importantes acontecimentos de nossa história e, em certa medida, contraditórios com eles: o início da revolução industrial e a colonização mental e material do mundo pelos europeus. Estes dois acontecimentos marcam uma ruptura radical com o tipo de relações com a natureza - e suas diferentes representações - que todas as sociedades humanas puderam conhecer até então.

A modernidade ecológica amplia brutalmente as fronteiras da nossa cidadania às da ecosfera.

Desde o Século das Luzes, o pensamento ocidental tem se desenvolvido no interior de uma dialética complexa entre duas visões das relações entre natureza e cultura, entre sociedade e biosfera. A primeira dessas visões se baseia na esperança de conseguir reconciliar os valores humanos com a ordem da natureza, que seria o código do humanamente justo. A segunda assume a indiscutível dominação da natureza pela razão e a economia humanas, sua dessacralização e sua mercantilização, até a industrialização recente da vida mesma. Assim, o sistema da natureza proposto em 1770 por Diderot e D’Holbach já se esgota nesta contradição. De um lado, não existiria nada bom ou mal, justo ou injusto na natureza; do outro, esta última seria a fonte de toda justiça humana: “A virtude, a razão, a verdade, são filhas da natureza”, escreve Diderot. Desde suas origens, a consciência ecológica permaneceu tensionada por estas duas visões - arcadiana e imperial, como chama-as o historiador Donal Worster - e em particular no momento de sua emergência inicial, no campo dos saberes científicos. Assim, Bernardin Saint-Pierre valoriza a visão arcadiana e, com uma retórica que anuncia as efusões do romantismo, exalta uma natureza que “nos faz ver em todas as partes a inteligência em harmonia com a bondade”. No entanto, os fisiocratas se adiantam à visão imperial, preocupada principalmente com a eficácia produtiva do ato agrícola.

Reconciliar o ser humano e a natureza

Para a ecologia científica, tudo começa no século XIX. Esta ciência vai nascer de uma tripla ruptura. A primeira está ligada à aceleração no domínio e conchecimento do espaço mundial. Os europeus acabam de dominar o planeta e as grandes expedições científicas modernas, como a de Humboldt, permitem completar o conhecimento da distribuição das espécies no globo. A segunda é a revolução darwiniana: a partir daí, ninguém pode mais ignorar que as espécies vivas evoluem, que suas populações obedecem a regras precisas. A terceira é resultado dos progressos da agroquímica, que permitem esboçar os primeiros esquemas dos ciclos biogeoquímicos fundamentais: nitrogênio, oxigênio, carbono etc.

A palavra “ecologia” aparece pela primeira vez na pena de um biólogo, Ernst Haeckel, divulgador do darwinismo na Alemanha e membro ativo da Liga Monista neste país. A filosofia monista tentava reconstruir a unidade do mundo afirmando a unicidade do estatuto do inerte e do vivo, das plantas, dos animais e das sociedades humanas. Haeckel acreditava em uma reforma política baseada no conhecimento científico da relações do homem com o mundo e no respeito da beleza e da ordem da Natureza. Foi o primeiro cientista que deu fundamentos ao que hoje chamamos ecologia profunda.

Haeckel, sem dúvida, definiu a ecologia como uma ciência. Se trata da “ciência do conjunto das relações dos organismos entre si e com o mundo exterior”. Definição que os ecólogos de hoje podem retomar, pois desde Haeckel, a ciência ecológica permaneceu fiel ao programa de investigação traçado por ele.

Nenhum termo evoca melhor o método da ecologia moderna que a palavra “macroscópio”. Este macroscópio é, no entanto, um instrumento imaginário, inventado pelos americanos, os irmãos Eugenio e Howard Odum. Sua etimologia designa de forma sugestiva a escala de observação da natureza que privilegiam os ecologistas. Uma imagem sugestiva, a semelhança do que fez Claude Levi-Strauss a propósito dos antropólogos, aos que designou como “astrônomos das ciências humanas”, pode hoje caracterizar os ecólogos como “os astrônomos das ciências da vida”.

Uma ciência subversiva

Desde suas origens, a ciência ecológica tem se expressado sempre em um duplo registro. Aquele muito geral, das grandes questões que colocam a estrutura e a evolução do mundo vivo; e aquele prático, da gestão de recursos naturais. A subordina-

ção do homem a outras forças no cosmos constituiu, desde suas origens, a base de uma interpretação universalista da ameaça ecológica proveniente do próprio homem. Foram numerosos os pioneiros da ecologia que destacaram os riscos de uma utilização impensada da água, dos solos ou dos recursos florestais. O lugar privilegiado desta primeira tomada de consciência conservacionista foi, freqüentemente, desde o começo do século XIX, o terreno colonial, mistura de elementos dispersos, indígenas, românticos ou orientalistas

Mas, no meio do nosso século, parece que se deu um passo. Os horrores da II Guerra Mundial ocupam o espírito dos povos de todo o mundo, fazendo esquecer a outra guerra, silenciosa, que as sociedades levam contra a natureza, contra o planeta inteiro. Esta guerra conduziu a um desastre, que alguns cientistas pensavam, já naquele momento, que poderia ser final. Depois de Hiroshima, está claro que o homem se converteu na "força geológica planetária" pressentida pelo sábio russo Vladimir Vernadsky. Fairfield Osborn, presidente da Sociedade Geológica de Nova York, publica uma obra traduzida para dezenas de línguas, **O planeta expoliado**. Anuncia, com lucidez, o imenso risco que a própria humanidade é responsável: "Certas regiões terrestres, antes vivas e produtivas, já têm sucumbido sob os maus tratos do homem. Outras estão morrendo. Se continuamos matando a outras, a natureza não se recuperará inexoravelmente, da forma que lhe é própria, como já está começando a fazer". A advertência não foi ouvida. Onível da maré humana dobrou desde que se escreveram estas proféticas linhas.

As selvas devastadas, as terras desertificadas, os rios poluídos e a atmosfera transformada em escala planetária: as inúmeras crises locais convergem para uma crise global do meio ambiente, que toma hoje a dimensão de uma verdadeira crise de civilização. A constituição de um espaço produtivo mundial carrega a unificação ecológica do mundo.

Esta situação crítica não tem nada de passageira inclusive se, em alguns casos, se pode observar o restabelecimento de um meio ambiente passavelmente poluído, e, convém sublinhar, unicamente nas ricas sociedades do Ocidente industrializado. Para dizer a verdade, estas degradações, agravadas por espetaculares acidentes, se inscrevem numa deterioração a longo prazo dos fundamentos ecológicos da sociedade e da economia mundiais: a pressão ecológica não deixará de influir, direta ou indiretamente, sobre o movimento das trocas, não deixará de orientar as grandes decisões tecnológicas, de modificar a orientação da maior parte das opções políticas. A soma de tudo que representa para as sociedades industrializadas, tanto do Leste como do Oeste, é dificilmente calculável. Mas é quando se contempla as sociedades do Sul, que a crise ecológica adquire um aspecto catastrófico.

Da ciência à consciência

Foram menos de dois séculos para romper o círculo do intercâmbio homem-natureza. Como voltar a fechar este círculo? Como realizar o desenvolvimento sustentável que reclamam os ecologistas? Em outros termos, como ter crescimento econômico sem danificar significativamente o patrimônio natural? Como, em fim, conciliar a obrigação indiscutível de desenvolvimento sustentável com o objetivo legítimo de satisfação das necessidades básicas do conjunto dos humanos?

Primeiro objetivo: conter a torrente demográfica. Todos os anos, a população mundial aumenta em 90 milhões de almas, das quais mais de 80% correspondem aos países chamados, eufemisticamente, "em vias de desenvolvimento". Deixar ao livre curso esta maré é irresponsável e inumano. É chocante levar a cabo ardentes campanhas para defender o "direito à vida" de fetos, quando as estatísticas da FAO indicam que 780 milhões de pessoas sofrem de subnutrição no mundo, que 13 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem a cada ano como consequência direta da fome, da subnutrição ou de infecções. As estatísticas da OMS falam que 1,7 bilhões não tem água potável. Dito isto, toda vontade de freiar o crescimento demográfico se enfrentará com múltiplos obstáculos e apenas pode-se esperar alguma estabilização abaixo da cifra simbólica de 10 bilhões de habitantes.

Segundo objetivo: modificar as condições e as regras do desenvolvimento econômico, tanto no Sul como no Norte. A economia convencional mantém a teoria da recuperação do atraso, cuja razão repousa em uma idéia simplista: se os pobres avançam mais rapidamente que os ricos, um dia ou outro os alcançarão. Sem dúvida, este bendito dia é a ilusão mais inacessível que os teóricos da recuperação do atraso inventaram, sobretudo se se tem em conta os problemas ecológicos,

a imperiosa necessidade de um desenvolvimento sustentável.

Supondo que se deseje assegurar aos 5,3 bilhões de pessoas em 1993 a renda do "modelo dos modelos", o da classe média americana, teríamos que multiplicar o fluxo de recursos consumidos pela máquina econômica por 10, aproximadamente. Para assegurar esta recuperação para os 10 bilhões, que povoarão seguramente o planeta nos meados do próximo século, teria que multiplicar os fluxos de recursos por 20! Os problemas ecológicos, que se anunciam já a escala planetária, explodiriam de forma catastrófica. O crescimento baseado nos padrões do Primeiro Mundo capitalista se deparará, muito antes do suposto êxito, com problemas intransponíveis, principalmente nos países do Terceiro Mundo.

Não haverá nenhuma mudança no Sul se as sociedades do Norte não invertem suas prioridades de desenvolvimento e de investimentos assim como suas relações com o resto do mundo. Não haverá mudança se não se reconhecerem por todo o mundo regras de desenvolvimento sustentável para limitar as pressões destrutivas sobre a biosfera.

O Norte tem de limitar absolutamente o crescimento material e orientar sua atividade para melhoria da qualidade cultural e social da vida. No Sul, será preciso favorecer o crescimento material mediante combinações produtivas mais limpas, dirigidas para a resolução dos problemas de subsistência e das necessidades primárias. Mas nada disso será possível sem investimentos massivos na educação, a formação, a saúde; quer dizer, sem transferências Norte-Sul de recursos.

A tomada de consciência ecológica foi, há dois séculos, coisa de alguns cientistas isolados, freqüentemente incompreendidos, raramente escutados por seus concidadãos. Ela é hoje a reiteração e a extensão à escala de sociedades inteiras das idéias desses pioneiros. Alexandre Koyré havia definido a emergência da ciência moderna como a passagem da consciência humana do "mundo fechado ao universo infinito". A consciência ecológica marca um giro espetacular, passando a recolocar o centro a percepção humana do "universo infinito para o mundo fechado" de nossa biosfera terrestre. O pensamento ecológico, pensamento dos limites e da complexidade desta biosfera, é a consciência aguda do risco suicida de uma sociedade que perdeu os laços que nos unem a ela. Enriquece-se hoje com uma crítica radical do produtivismo (a produção sem outra finalidade que ela mesma), quer dizer, de estruturas sociais arcaicas que conduzem irrevogavelmente à humanidade a um beco sem saída social e ecológico.

Além de suas confusões e de seus titubeios iniciais, os movimentos ecológicos têm o imenso mérito de destacar a necessidade de um giro histórico como única forma capaz de levar a humanidade a modos de desenvolvimento solidários, compatíveis ecologicamente, responsáveis com as futuras gerações. □

*Jean Paul Deléage é diretor da revista **Ecologie Politique**. Este artigo foi publicado na revista **Viento Sur**, nº 7, janeiro-fevereiro de 1993.*

A emergência da ciência moderna foi definida como a passagem "do mundo fechado ao universo infinito".

Agora, a consciência ecológica opera um giro do "universo infinito ao mundo fechado".



EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Natu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, Caco Bisol, Fernanda Estima, Nelson Joia e Fabiano Ciambra.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Campanha e caráter do governo

VALTER POMAR

"A nossa preocupação não é nos ajustarmos ao Lula. A nossa preocupação é que o Lula se modernize. Temos outros exemplos; o François Mitterrand começou o governo de uma forma e no segundo ano começou privatizar. O Felipe Gonzalez já saiu modernizando, porque ele teve a felicidade de ter o exemplo de Mitterrand".

"Seja qual for o resultado da eleição, a pesquisa de opinião pública dá indicadores muito claros daquilo que a população quer: seja em privatização; seja na diminuição do tamanho do Estado; seja na limpeza do processo tributário etc... Então, mesmo que Lula venha ser eleito, há um mercado político que fará com que ele tenha que se conduzir dentro desse processo".

"Eu repito que não há nada no Lula que preocupe. O partido dele é que assusta. Há pessoas dentro do PT que pensam abertamente e até concordam conosco. Se você negocia um problema com os deputados Aloízio Mercadante ou José Genoíno, por exemplo, são homens que tem a capacidade de enxergar a realidade do mundo e negociar. Agora, esses militantes que expressam suas posições pelas publicações internas no partido e estão defendendo, por exemplo, Cuba, estão fora do mundo (Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da ação empresarial na revisão constitucional. Entrevista concedida a Isto é nº 1271, 9/2/1994).

A maioria dos militantes que "expressam suas posições pelas publicações internas do partido" têm razões de sobra para preocupação. Como garantir a unidade do Partido, frente a uma direita interna cada vez mais belicosa e barulhenta? Como garantir que a vitória de Lula resulte um movimento social por reformas, e não apenas de uma vitória eleitoral? Como garantir que o governo Lula "dê certo", ou seja, realize reformas estruturais, na perspectiva do socialismo?

Felipe Gonzalez como modelo

As três preocupações, no fundo, são uma só. Da mesma forma, a pressão da direita (interna) é, em grande medida, reflexo da pressão da direita (externa), que sabe que Lula, sem um partido forte, fará um governo frágil. Que trabalha para que o PT tenha um programa de governo moderado, sem veleidades anticapitalistas (o que dizer socialistas), o que constitui meio caminho para uma campanha chocha e para um governo "social-democrata".

A articulação entre estas pressões internas e externas pode ser observada comparando as frases de Jorge Gerdau com as opiniões expressas por Francisco Weffort (Jornal da Tarde, 25/11/1993): "Lula pode ajudar muito a mudar o país. Mas para fazê-lo, ele tem que dar um passo para mudar a si próprio. Lula deve lembrar-se da visita que fizemos há alguns anos a Felipe

Gonzalez(...) ser socialista é ajudar a democratizar o capitalismo, modernizar a sociedade, integrar o Brasil ao mundo".

Ou, ainda segundo Weffort: "Lula só vencerá no segundo turno (uma candidatura como Britto ou FHC) se apresentar ao eleitorado uma imagem mais próxima do centro". Antes que seja acusado de oportunismo eleitoral, Weffort esclarece que "não pretendo com isso sugerir que Lula mude sua imagem apenas para as cúpulas da sociedade, empresários por exemplo. Pretendo dizer que deve mudar também a sua imagem para as massas. Não se trata que devesse sair do campo onde se formou, que é o da esquerda. Permanecendo na esquerda, Lula deve empenhar-se em oferecer garantias definidas e explícitas ao centro".

Que garantias são essas? Lula deveria dizer que, "embora sendo socialista, acredita que este país continuará sendo capitalista até onde nos é dado hoje prever. E que certamente continuará capitalista em seu governo, cuja tarefa não é a de destruir o capitalismo, mas a de democratizá-lo e de modernizá-lo". Outros exemplos: queremos "mais investimentos estrangeiros"; não devemos "nacionalizar bancos", nem manter o "monopólio das telecomunicações"; e vamos fazer uma política de "estabilização monetária".

As definições de Weffort são muito claras. E muito erradas. Para começo de conversa, se Lula tomar Felipe Gonzalez como modelo, é bom que ele não ganhe as eleições. Afinal, não é para aplicar o programa do FMI que queremos vencer as eleições presidenciais.

Tampouco são admissíveis as "garantias" propostas por Weffort. É óbvio que queremos derrubar a inflação. Mas como fazer isso a sério sem liquidar o controle que os monopólios e o sistema financeiro mantém sobre a economia nacional? Como fazer estabilização "monetária" se a inflação não tem raízes "monetárias"? E como liquidar o controle do grande capital sem contar com um Estado forte, capaz de intervir na economia? E como possuir um Estado forte, se admitimos privatizar, por exemplo, as telecomunicações?

Na verdade, as "garantias de Weffort combinam capitulação com ingenuidade. Capitulação às propostas neoliberais. Ingenuidade de achar que os investimentos estrangeiros virão apenas porque nós os queremos. Mas temos que reconhecer que o fim do monopólio da telecomunicações, área onde os empresários da família Jereissatti tem interesses, pode atrair os tucanos.

Mas o maior erro de Weffort é a premissa: num segundo turno contra FHC ou Britto, Lula só vencerá se apresentar ao eleitorado uma imagem mais... próxima do centro! Noutras palavras: Lula só vencerá o centro se ficar parecido com ele. Ora, nessas condições, o mais provável é que o eleitorado vote logo no centro.

Atacar o centro

Admitimos que o problema é real: as chances de Lula são menores se o nosso adversário no segundo turno for um candidato de centro, porque o eleitorado de (ou da) direita tende a votar anti-Lula. Mas qual a conclusão que devemos tirar disso? Weffort propõe "mudar a imagem" de Lula. Nós propomos outra coisa: ter como meta vencer a eleição no primeiro turno, em caso de haver segundo turno, trabalhar para que ele seja contra a direita. Para isso, devemos atacar desde já as alternativas de centro, a chamada "terceira via", os tucanos da vida.

É certo que isto é um caminho perigoso. Pode criar dificuldades para que o eleitorado de (ou do) centro vote em nós no segundo turno. Mas não há alternativas, porque as candidaturas chamadas de "centro", de "terceira via" ou tucanos, visam exatamente nos derrubar. Assim, não atáca-las com medo de perder votos no futuro, é deixar o espaço livre para que elas nos roubem votos no presente. Além disso, é possível atacar o centro de maneira a disputar seus segmentos populares, suas bases, seu eleitorado. Desde que não tenhamos o rabo preso com o plano econômico de FHC, com o governo Itamar, com as tramóias tucanas etc.

O mais importante a destacar, contudo, é o desdobramento estratégico básico desta discussão: o que é ser socialista no Brasil de hoje? Weffort pensa que nosso papel é "democratizar

A pressão da direita interna no PT é, em grande medida, reflexo da pressão da direita na sociedade, que sabe que Lula, sem um partido forte, fará um governo frágil.



o capitalismo, modernizar a sociedade, integrar o Brasil no mundo". Nós pensamos que ser socialista no Brasil de hoje é lutar por um governo que faça reformas estruturais na sociedade brasileira, na perspectiva do socialismo.

Estratégia e socialismo

O mesmo movimento político-social que pode tornar viável o governo Lula, a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a quebra dos controles dos monopólios e do sistema financeiro sobre a vida nacional etc., pode também tornar viável uma alternativa socialista para o Brasil. Pensar o contrário é, ao estilo do que fizeram os Partidos Comunistas, colocar uma muralha da China entre as reformas democráticas e populares e o socialismo; é reintroduzir a velha teoria das etapas - primeiro modernizar o capitalismo, depois lutar pelo socialismo. Não é por outra razão que Weffort afirma que o "Brasil continuará sendo capitalista até onde nos é dado prever". Para nossa sorte, a última previsão de Weffort falava do fim da luta de classes. Mas para nosso azar, as posições defendidas por Weffort possuem fortes aliados e ressonância em amplos setores do Partido.

A verdade é que o consenso sobre a estratégia petista - nosso caminho para o socialismo passa por um governo que realize reformas estruturais de natureza democrático-popular - comporta duas leituras bastante distintas.

À esquerda, a idéia de que a realização do programa de reformas pode ampliar a força popular, radicalizar a luta de classes e colocar-nos diante da possibilidade de passar à luta pelo poder e pelo socialismo, sendo que os prazos e as formas dessa "passagem" dependem do curso concreto da conjuntura.

À direita, a idéia de que a conjuntura internacional, a situação do movimento social e do partido, o refluxo da luta pelo socialismo e a extrema gravidade das condições de vida da população brasileira exigem um horizonte mais modesto. Weffort fala em "capitalismo até onde nos é dado prever". Tarso Genro defende uma "moratória na utopia", uma "utopia modesta". Outros se apressam em esclarecer que "o projeto do PT para o governo não é socialista", "Lula será o primeiro de uma série de governos reformadores".

Seria futurologia prever quais os desdobramentos do governo Lula, até porque não sabemos se vamos vencer, com quem e contra quem. Mas aqueles desdobramentos estão sendo definidos também hoje, no debate acerca do programa e dos horizontes do governo Lula. Neste debate, a direita do partido apresenta argumentos muito fortes: o sucesso do governo (e uma eventual radicalização em direção ao socialismo) depende da variável mobilização popular; a fragilidade da organização partidária e dos movimentos sociais, de um lado, e a força dos inimigos, de outro, estão a nos inspirar cautela. Além do mais, para que ficar gastando tempo com discussões sobre o socialismo, se nas condições atuais o pouco que fizemos para melhorar a vida do povo será uma verdadeira revolução?

Tudo isto é verdade. Mas seria uma irresponsabilidade (e uma capitulação) atentarmos apenas para os limites da conjuntura, desconsiderando os desafios e potencialidades do período histórico. Ganhemos ou percamos as eleições, tais desafios permanecerão colocados diante da nação brasileira. Se o governo do PT não for capaz - por fraqueza ou por tibieza - de enfrentá-los, ele terá sido historicamente derrotado.

Cenários

Já se gastou muita tinta falando destes desafios, o que nos permite uma aproximação sintética. De um lado, há uma crise no modelo econômico-social, que comporta quatro grandes alternativas a médio prazo: a continuidade do pântano atual, onde nenhuma das forças políticas e sociais possuem hegemonia ou forças suficientes para impor a sua alternativas; uma vitória conservadora, que aprofunde os traços básicos do atual modelo, impondo mais concentração de renda, de capital, mais dependência externa e mais miséria; o surgimento, a partir das reformas democrático-populares, de um capitalismo mais democrático (no sentido clássico da palavra); e o início de uma transição para o socialismo.

De outro lado, há uma crise do modelo político, que resume-se no seguinte: as regras do jogo produzem instabilidades para as elites e insatisfação para os interesses populares. Como nenhum bloco social possui (ainda) hegemonia ou força suficiente para impor seu modelo alternativo, as eleições acabam desempenhando um papel de natureza estratégica. Mas, paradoxalmente, o poder conferido pelo voto é absolutamente insuficiente para orientar as mudanças pleiteadas. O

que equivale dizer, vença quem vencer as eleições, prevaleça que projeto nacional prevalecer, em nenhum caso se manterão as regras atuais do jogo democrático, pelo menos nos termos idealizados pelo nossos liberais.

Cometeríamos um grave erro se, ao traçar nossa estratégia de governo, nos balizássemos por condições irrealizáveis como achar que a direita não vai se jogar contra a democracia, ou que há fortes setores do empresariado dispostos a investir num modelo democrático de capitalismo.

Talvez por ter trabalhado com pressupostos falsos, experiências similares a nossa terminaram em cooptação (Mitterrand, Gonzalez) ou golpe (Allende). E não é porque o nosso governo se propõe a ser mais modesto (não-socialista) que ele vai ser tratado melhor.

É verdade, entretanto, que a súbita onda de "modéstia programática" que tomou conta de alguns setores do PT possui raízes muito fortes na tradição da esquerda brasileira (mesmo a estrategicamente socialista), adepta de táticas que a conduzem de fato ao capitalismo, ao reformismo, a ilusão nas possibilidades de uma etapa capitalista *pero no selvagem*. Ilusão, por exemplo, de que será possível executar reformas estruturais, democráticas e populares, que afetarão interesses

O que é ser socialista no Brasil de hoje? Weffort pensa que nosso papel é "democratizar o capitalismo, modernizar a sociedade, integrar o Brasil no mundo".



M. C. Escher

do latifúndio, do imperialismo, do capital financeiro e monopolista, sem que sejamos obrigados a tocar fundo na propriedade e no poder do capitalismo *lato sensu*. Ilusão que se revela também na busca de um modelo democrático e popular orgânico, o que é teoricamente possível, mas politicamente improvável.

Por tudo isso, um dos desafios da esquerda partidária será combater a idéia de que nosso governo estará limitado a fazer reformas capitalistas. Pode ser que sim, pode ser que não, e por isso mesmo não podemos aceitar qualquer desvinculação entre o programa de Lula e o socialismo. Não no sentido radical-histórico que nos atribuem, mais num sentido muito mais banal: o programa democrático-popular é o programa que os socialistas apresentam para resolver a crise brasileira, do ponto de vista das maiorias. Crise esta que, devemos lembrar sempre, é uma crise do capitalismo realmente existente. E cuja superação total continua sendo nosso objetivo político (e não apenas nosso "horizonte", que se afasta de nós quanto nos aproximamos dele).

Outro de nossos desafios será lembrar que o sucesso do governo Lula (programa sendo aplicado, reformas em curso, apoio popular etc.) contém dentro de si duas alternativas: ou a direita se sente sem condições de um ataque global; ou, o mais provável, os conservadores assumem a tática da resistência crescente rumo ao golpe. Motivo pelo qual é preciso ganhar o apoio popular para as reformas que pretendemos fazer: quanto maior esse apoio, menor o espaço para o golpe, para a sabotagem, para a oposição conservadora.

Mas se o pior acontecer, pela incapacidade das elites em conviver com um governo voltado para as maiorias, temos a obrigação de aprender com Salvador Allende. Não exatamente, é verdade, da maneira como Felipe Gonzalez aprendeu com François Mitterrand. □

Valter Pomar é secretário de imprensa da executiva estadual do PT de São Paulo.

É preciso ganhar apoio popular para as reformas: quanto maior esse apoio, menor o espaço para o golpe, para a sabotagem, para a oposição conservadora.



A revolução democrática

JUAREZ GUIMARÃES

É a idéia da radicalização da democracia e não o nacionalismo que deve nuclear o programa e a construção da hegemonia.

E possível distinguir três tipos de polêmica no debate em curso no PT sobre o programa democrático-popular. O primeiro tipo de polêmica refere-se a qual opção de *campo programático* faremos. Esta opção condiciona todo o resto: trata-se de definir o *eixo* através do qual o programa ganha coerência, articulação e uma dimensão totalizante. Em outras palavras, trata-se da natureza mesmo de nosso projeto hegemônico, a idéia-força que pode universalizar a candidatura Lula, abrir caminho para que ela percorra a transição de uma candidatura líder a um projeto que empolgue as maiorias.

O segundo tipo de polêmica abarca a relação entre o campo programático que optamos e as metas de governo. Trata-se de estabelecer um *campo de previsão* sobre a correlação de forças que buscaremos criar para viabilizar uma prioridade, um ritmo, uma lógica na implementação do programa.

Um terceiro tipo de polêmica incide sobre o conhecimento particular, as opções técnicas possíveis a partir do necessário saber especializado sobre as dimensões específicas e regionais da crise brasileira.

Este artigo faz a opção por travar o debate a partir do primeiro caso, ou seja, de qual opção de *campo programático* faremos. Quer evitar o recurso tentador de despolitização via a sobrevalorização do saber especializado. Mas quer superar também a simplificação de um debate travado centralmente sobre o *grau* de radicalidade das futuras medidas de governo, sobre a *extensão* da reforma agrária que faremos, sobre *quanto* e em que prazos elevaremos o salário-mínimo, qual a *medida* de enfrentamento dos credores internacionais na questão da dívida externa etc.

O saber técnico, colocado à disposição das forças democrático-populares por uma vastíssima rede de profissionais liberais, cientistas e operários qualificados é indispensável para a reconstrução do país. A definição de metas de governo visíveis e até quantificáveis é fundamental para tornar a nossa utopia concreta aos olhos de milhões. Mas é na definição do campo programático que reside a chave da nossa construção de hegemonia.

Pressão neoliberal

Dois campos programáticos alternativos polarizaram o debate petista até aqui, tendo como linha divisória o 8º Encontro Nacional.

O primeiro deles, bastante influente na cúpula partidária antes do 8º Encontro, encontrava-se na idéia da "retomada do desenvolvimento com distribuição de renda". Seria injusto afirmar que as propostas que se organizaram em torno a este lema eram neoliberais: eles procuravam ser exatamente uma alternativa ao receituário neoliberal ortodoxo, criticando sua lógica recessiva e concentradora de renda. Mas é correto dizer que este *campo programático* incorporava a pressão da visão de mundo neoliberal em dois sentidos: na definição da problemática (os problemas a serem priorizados) e na limitação das respostas.

Temas como a modernização e a reforma do Estado (abrindo-se o flanco inclusive à idéia da privatização) ganharam prestígio, o abandono ou neutralização das propostas de reformas estruturais vinham acompanhados da idéia-força de uma ampla negociação com as classes empresariais, em torno

de um novo modelo de crescimento capitalista. Da noção de uma nova economia política para o país que alterasse o próprio padrão de relações de poder composto pelo grande capital passou-se à noção mais limitada de uma nova política econômica e, até mesmo, de uma mera utilização alternativa dos instrumentos de política econômica. O debate partidário passou, com frequência, a amesquinhar-se, reduzir-se à formulação de planos de estabilização, voltados para um rearranjo de curto prazo obedecendo a correlação das forças estabelecida.

Todo este *campo programático* associava-se à noção da formação de um governo de "centro esquerda", fruto de uma aliança central com o PSDB. O *economicismo* da proposta casava-se bem com a visão institucional da luta política. Aloízio Mercadante e José Genoíno encarnaram, sem dúvida, com o brilho que lhes é próprio a sedução deste campo programático.

Repensando a Nação

O 8º Encontro Nacional produziu uma ampla maioria partidária crítica a este campo programático. E retomou a opção democrático-popular, procurando atualizar e aprofundar as definições programáticas que inspiraram as históricas jornadas de 1989.

No debate especificamente programático que se travou na preparação e na plenária do 8º Encontro destacou-se a contribuição fundamental de César Benjamin, depois escolhido como um dos três coordenadores da elaboração do programa para 1994. Em seu ensaio *Decifra-me oite devoro: idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira* (depois complementado pelo ensaio *Por um novo e longo ciclo*, publicado na revista *Teoria e Debate* nº 22), César Benjamin procurou descortinar um novo *campo programático* para o debate petista.

Os méritos decisivos de sua contribuição são, pelo menos, três. Retomava uma postura do ataque frontal ao ideário neoliberal, enfrentando-o ali onde ele assentava o seu domínio ideológico: a definição das problemáticas a serem priorizadas para a superação da crise. De forma agudamente exata, ele denunciava: "Se essa racionalidade (neoliberal) desorganiza a Nação, lamentavelmente ela ainda organiza o debate sobre a Nação: é dentro dos seus limites que a própria esquerda tem operado (...) não se discute mais o Brasil mas economia brasileira e dentro delas apenas o setor formal e oligopolizado (...). Construído à imagem e semelhança do grupo social que o hegemoniza, é um debate pequeno, mesquinho, dominado por uma construção intelectual espúria, uma 'macroeconomia de curto prazo', maior expressão teórica da crise".

Em segundo lugar, propunha um diagnóstico da crise da economia brasileira fundado em razões estruturais - o impasse de todo um padrão histórico de crescimento capitalista. Se a crise não é de ordem conjuntural ou cíclica, se o grande capital construiu ao longo da década de oitenta toda uma lógica econômica que maximiza seus lucros aprofundando a crise, a saída só poderia ser pensadas a partir das reformas estruturais.

Por fim, a proposta de César Benjamin retomava, com a força moral de uma vontade energeticamente construtora do futuro, a idéia de viabilidade do Brasil, do seu potencial, do enfrentamento impostergável e prioritário de suas demandas sociais. A idéia da reconstrução da Nação, da centralidade do desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno era proposta como o eixo deste novo campo programático.

A idéia da retomada do desenvolvimento com distribuição de renda incorporava a pressão da visão de mundo neoliberal.

Limite básico

Escapamos da pressão da ideologia neoliberal, retomamos a centralidade dos graves problemas da nação visto a partir da ótica das maiorias: o debate partidário avançou. Mas esta alternativa de *campo programático* deixa sem resposta uma questão fundamental: quem reorganiza a Nação?

Ora, as inspirações nacional-desenvolvimentistas ou cepalinas (isto é, da tradição teórica criada pela CEPAL) das proposições de César Benjamin são evidentes. Desde a explicação da crise do padrão de crescimento da economia (esgotamento do ciclo de substituição de importações na década de oitenta e constituição de uma ordem internacional excludente) até a proposição das reformas estruturais (as chamadas "reformas de base" do período cepalino). Os temas da distribuição da renda, de um crescimento endógeno baseado na expansão do mercado, a ênfase na idéia de Nação coincidem com as melhores tradições dos teóricos da Cepal.

Na tradição teórica da Cepal, quem organizava a Nação era o *Estado*, instrumento de dinamização do crescimento e organizador da aliança estratégica entre a burguesia nacional e os trabalhadores.

César Benjamin esta seguramente bem consciente de que não se deve reeditar o estatismo. Afirma em seu segundo ensaio citado: "Temos muita dificuldade de fugir dos limites de uma proposta de matriz desenvolvimentista: criticamos o neoliberalismo e terminamos apelando para o Estado (...) venho pensando se não há outro caminho, para reativar a economia brasileira que não dependa exclusivamente do Estado e começo achar que há: esse caminho é o do aumento da massa salarial no Brasil, que pode ter o papel semelhante ao de um investimento estatal, no sentido de aumentar a demanda. Isso, em termos da base da pirâmide salarial: o salário mínimo".

A resposta é claramente insuficiente: um mecanismo de aceleração da demanda por si só não substitui a função política e econômica central que o nacional-desenvolvimentismo atribuía ao Estado. E a pergunta - quem reorganiza Nação - permanece no ar: este segundo *campo programático* proposto não consegue fechar coerentemente o seu círculo.

Revolução democrática

Todo esforço de construir uma síntese programática neste 9º Encontro Nacional poderia, então, ser assim resumido, incorporar as contribuições decisivas deste segundo campo programático, ainda limitado pela inspiração cepalina, organizando-as a partir de um *novo eixo*, de um terceiro *campo programático*.

Este *novo eixo* só pode ser o conceito da *revolução democrática*. Esta proposta não deve ser entendida como uma escolha arbitrária. Pelo contrário, ela responde a contradição central vivida pela sociedade brasileira: a crise política da transição conservadora que, se incorporou parcialmente as profundas pressões de liberalização e democratização, foi ainda capaz de manter um continuismo vital na posse das instituições centrais do Estado e do poder econômico.

Deste ponto de vista, *é o aprofundamento radical da soberania popular que permitirá reorganizar a Nação*; não é a afirmação extremada da Nação - o nacionalismo - que permitirá a afirmação da soberania popular. É preciso *pensar a questão nacional sem nacionalismo*, a partir da radicalização democrática *via a construção da hegemonia dos trabalhadores*.

O impasse na formulação do campo programático, tal como proposto por César Benjamin, reside exatamente aí: ele é coerentemente petista e marxista para não pensar a Nação apenas a partir de disfunções e conflitos harmonizáveis, sem contradições classistas, como pretendia a tradição nacional-desenvolvimentista.

Alguém poderia argumentar: neste país das absolutas carências, da fome e das epidemias não seriam o pão e a casa, o salário e o emprego, a economia, enfim, o centro da nossa proposta? Centrar o nosso discurso na idéia de uma revolução democrática não seria fugir das necessidades imediatamente sentidas por milhões?

A experiência política brasileira tem demonstrado exatamente o contrário. O próprio César Benjamin lembra oportunamente no citado artigo da revista *Teoria e Debate*: "Por fim, é preciso afirmar que o povo brasileiro vem demonstrando uma capacidade de mobilização especificamente política em momentos-chaves, que transcende em muito a mobilização corporativa e sindical. Todos os grandes movimentos de massa

que aconteceram no Brasil nos últimos anos foram essencialmente políticos. Desde os 100 mil no Rio, em 1968, depois a Anistia, Diretas Já, Campanha do Lula, impeachment... o povo tem demonstrado uma capacidade de mobilização política que surpreende aqueles que imaginam que se deva começar pelo salário para chegar ao socialismo".

Poderíamos acrescentar: a idéia da eleição de Lula como início de uma revolução democrática, além de estabelecer um fio de continuidade com a consciência popular recente, retira o debate sobre a miséria do lugar comum que o discurso dominante camaleonicamente a colocou. O jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, abre suas páginas com frequência a exposição e denúncia da miséria sem deixar de ser agressivamente neoliberal. Contra este tipo de cinismo, devemos dizer claramente: só uma revolução democrática contra o poder das elites dominantes abre o caminho para superar a miséria no país.

Três diálogos

Na direção oposta do economicismo, é preciso ressaltar a potência de universalização, de construção de hegemonia que há na adoção da idéia de revolução democrática como núcleo de um novo campo programático.

O conceito de revolução democrática dialoga, em primeiro lugar, com o impulso de despolitização que atinge amplos setores populares em função dos desgastes da democracia identificada com a transição conservadora. Se a superação da ditadura militar não trouxe uma melhoria estável nas condições de vida das amplas maiorias é por falta e limite da democracia e não, como quer uma direita regressivamente autoritária, pela ampliação das liberdades civis e democráticas.

Em segundo lugar, a noção de uma revolução democrática polemiza abertamente com os liberais em suas roupagens modernas (como a *Folha de São Paulo*), fisiológicas (como *O Globo*) ou sisudas (como *O Estado de São Paulo*). As forças da ordem conseguiram neutralizar todos os grandes movimentos democrático-populares - das diretas à CPI do Orçamento - separando a política da economia, como se a democracia não dissesse respeito a esta última. Para nós socialistas, a luta democrática só ganha um conteúdo verdadeiramente radical quando liga a luta pelas liberdades e direitos à noção de controle social sobre a economia, quando denuncia e expõe a *autocracia* do grande capital que sobreviveu - e, em alguns casos, até ampliou-se - no leito da transição conservadora.

É do ponto de vista da democracia que poderemos mais fecundamente abordar os temas do mercado interno (exclusão social e cidadania), da inflação (a necessidade do controle de juros e preços), da dívida externa (soberania nacional), da reforma agrária (democratização da propriedade fundiária), da reforma fiscal (distribuição de renda).

Por fim, o conceito de revolução democrática representa um diálogo fecundo com os impasses do PT e da tradição socialista. Incentiva a CUT a superar os limites do corporativismo, assumindo um papel central na luta pelo controle social da economia; incentiva o PT a superar os processos de institucionalização que ameaçam o seu potencial transformador. Ganham uma nova envergadura e importância as lutas contra a opressão das mulheres e dos negros, que ainda não penetraram no coração de nosso projeto. Relegitima-se a idéia de revolução, associada desde já a uma dimensão anti-estatal, apoiada nas grandes correntes de auto-organização, de cidadania ativa e emancipação humana que poderão eletrizar e dar sentido a uma nova época histórica da sociedade brasileira. □

As forças da ordem conseguiram neutralizar os grandes movimentos de massa separando a política da economia, como se a democracia não dissesse respeito a essa última.



IMPRESSO

MICHAEL LOWY

E P. Thompson deixou-nos em agosto de 1993. Ele não era apenas o mais talentoso historiador de sua geração, mas também um dos mais poderosos e criativos autores socialistas da segunda metade do século XX. Seu estilo tinha uma elocução apaixonada que o distinguia claramente da roupagem acadêmica usual.

Perry Anderson descreveu-o em *Arguments about English marxism* (Argumentos sobre o marxismo inglês), de 1980, como "nosso melhor escritor socialista da atualidade - certamente na Inglaterra, possivelmente na Europa". E Eric Hobsbawm destacou que ele foi o único de todos os historiadores que conhecia que foi capaz de produzir idéias qualitativamente novas: "chamemos a isso simplesmente de gênio, no sentido tradicional da palavra".

Edward Palmer Thompson nasceu em 1924 e ingressou no Partido Comunista da Grã-Bretanha durante a 2ª GM, aos 16 anos; participou da Batalha de Cassino como oficial de um esquadrão de tanques. Seu primeiro escrito é uma biografia de seu irmão, Frank Thompson, um brilhante jovem intelectual comunista que foi voluntário, durante a guerra, junto aos "partisans" búlgaros e foi capturado e executado pelo governo fascista búlgaro. Este texto foi publicado em um volume que incluía cartas e poemas de Frank, *There is a spirit in Europe* (Há um espírito na Europa, de 1947).

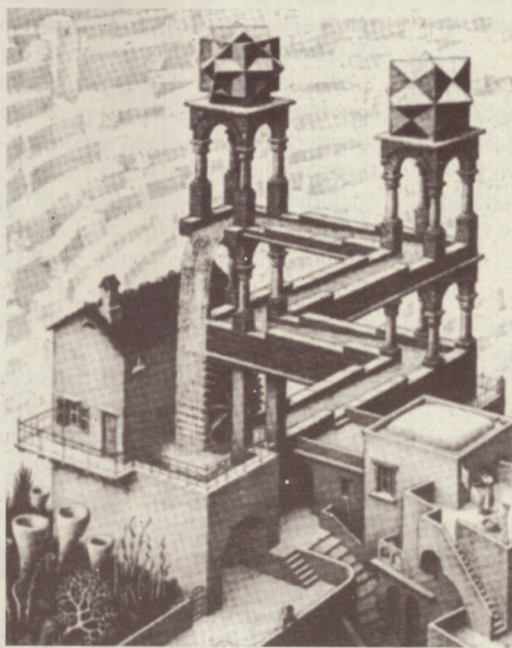
Thompson visitou a Bulgária com sua mãe em 1947, para assistir uma cerimônia em homenagem a seu irmão pelo novo governo comunista e então foi para a Iugoslávia para participar na construção da grande ferrovia da juventude com milhares de outros jovens esquerdistas de toda a Europa. O exemplo de seu irmão e destas experiências na Europa Oriental certamente ofereceram uma referência moral e política ao seu engajamento durante os anos seguintes.

Olhos de estrangeiro

Seu primeiro livro, *William Morris, romantic to revolutionary* (William Morris, de romântico a revolucionário, de 1955), foi uma ruptura real. Superando a embotada doutrina oficial do partido, Thompson recuperou para a memória coletiva do movimento operário a figura semi-esquecida do notável poeta, socialista utópico e marxista libertário. Em um brilhante estudo de história intelectual, ele mostra que "apenas um escritor nutrido na tradição romântica poderia ter concebido" uma utopia comunista como *News from nowhere* (Notícias de parte alguma): Morris foi o herdeiro da crítica radical da civilização capitalista presente nos trabalhos de Keats, Carlyle e Ruskin - uma crítica que ele reinterpretou e transformou com a ajuda de Marx.

Graças a uma nostalgia tipicamente romântica do passado pré-capitalista ("gótico"), Morris foi capaz de ver seu próprio tempo com os olhos de um estrangeiro e julgá-lo por critérios diferentes do de sua época. Romantismo como efeito de distanciamento e como um ponto arquimediano

Edward Palmer Thompson



M. C. Escher

para a crítica social: isto resume muito bem o método que o próprio E. P. Thompson utilizaria em seu trabalho historiográfico. Se seu livro tem sido frequentemente incompreendido, é porque, como ele destaca em seu pós-escrito à reedição de 1977, os críticos tem ignorado deliberadamente seu aspecto central: "um argumento sobre a tradição romântica e sua transformação por Morris".

Depois dos eventos de 1956, E. P. Thompson - como muitos outros militantes e intelectuais comunistas - rompeu com o partido. Primeiro na revista *The New Reasoner*, e depois na *New Left Review*, ele ajudou a promover uma alternativa socialista ao estalinismo (e à social-democracia). Divergências agudas com a geração mais jovem (Perry Anderson) conduziram à ruptura entre a "velha" e a "nova" "nova esquerda" no início dos anos 60, e a um certo isolamento político. Mas alguns anos depois ele se tornaria novamente - junto com Raymond Williams - uma das figuras de proa da esquerda socialista, sendo o co-redator do influente *Manifesto de 1º de maio* (1967).

A obra mais conhecida de Thompson é, claro, *The making of english working class* (A formação da classe operária inglesa, de 1963, publicado no Brasil pela ed. Paz e Terra). Seu eco ultrapassou em muito as fronteiras da Inglaterra e criou um

novo padrão de escrita historiográfica do ponto de vista dos derrotados, como diria Walter Benjamin. Rompendo com uma venerável tradição (tanto conservadora como "progressista") de apologia dos benefícios da Revolução Industrial, ele tenta compreender o processo como vivido pelas "vítimas do progresso".

Com uma abordagem inteiramente nova, ele questiona as categorias da historiografia dominante, completamente asfixiadas pela ideologia de um progresso linear e inevitável (sob a benevolente liderança da classe capitalista).

A insolência de E. P. Thompson em relação à sabedoria convencional aparecem em todo seu esplendor em seu capítulo sobre os ludditas, os "destruidores de máquinas": criticando a historiografia fabiana e acadêmica, ele insiste que este movimento não foi apenas uma rebelião "contra as máquinas" mas "uma erupção violenta de sentimentos contra um capitalismo industrial selvagem" e uma sublevação popular "quase-insurrecional". É verdade que eles tinham ilusões nostálgicas sobre o passado, mas suas demandas "miravam para frente, tanto quanto para trás; e traziam com elas a imagem espelhada de uma comunidade democrática, não muito paternalista, na qual o crescimento industrial deveria ser regulado de acordo com prioridades éticas e a busca do lucro subordinada às necessidades humanas".

Idéias semelhantes também podem ser encontradas em seu livro *Whigs and hunters* (1975) bem como em seus aclamados ensaios dos anos 60 e 70, como *Time, work-discipline and industrial capitalism* (1967), que analisa a contradição entre o ritmo "natural" de trabalho nas sociedades pré-capitalistas e a tirânica disciplina do tempo da produção moderna, ou *The moral economy of the english crowd* (1971), onde ele descreve os levantes da fome contra as regras do mercado em nome das normas populares tradicionais (a economia moral).

Depois de 1980, Thompson parou de escrever história, mergulhando de coração na luta política pelo desarmamento nuclear. Ele logo tornou-se uma das figuras centrais da campanha pelo Desarmamento Nuclear Europeu.

Em seus últimos anos, ele encontrou novamente tempo para pesquisa e retomou um velho projeto que acalentava desde os anos 70: uma biografia política e intelectual do maior poeta romântico revolucionário - William Blake. O livro foi publicado no último outono, mas Thompson já não estava aqui.

Como Christopher Hill destacou em sua homenagem, "Thompson sempre esteve muito preocupado com a relevância da história para o presente". No prefácio de *Customs and culture* (1991) encontramos a seguinte afirmação romântica (e realista): "Nós nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista, mas as lembranças de suas necessidades alternativas, expectativas e códigos podem renovar nossa compreensão do leque de possibilidades de nossa natureza".

Isto resume perfeitamente a compreensão global de E. P. Thompson não apenas para a história social marxista, mas para a renovação do pensamento socialista no século XX. □